

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

BEATRIZ AMORIM SILVA

Brasil e Índia: diferenças no desenvolvimento econômico de 1945 a 2010

Florianópolis, 2015

BEATRIZ AMORIM SILVA

**BRASIL E ÍNDIA: DIFERENÇAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE
1945 A 2010**

Monografia submetida ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito obrigatório para obtenção
do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

Co-orientador: Prof. Dr. Lairton M. Comerlatto

FLORIANÓPOLIS, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **8,5** ao aluno Beatriz Amorim Silva na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronivaldo Steingraber

Prof. Dr. Arlei Luiz Facchinello

Prof. Elder Mauricio Silva

Para meu pai Aloisio Silva e meu avô Nelson Joaquim de Amorim (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Aloisio Silva e Maria Salete de Amorim Silva, que estiveram ao meu lado em todos os momentos da minha vida, dando todo o apoio possível para que todos os meus sonhos se concretizassem.

A meu orientador, Ronivaldo Steingraber, pela ajuda e orientação necessárias para a construção deste trabalho.

A meu co-orientador, Lairton Marcelo Comerlatto, por toda a orientação, paciência e apoio necessários para que esta monografia fosse construída. Sua ajuda foi de vital importância e merece agradecimento duplo.

RESUMO

O propósito desta pesquisa é analisar as políticas de desenvolvimento adotadas pelas economias brasileira e indiana pós-1945, na busca de entender como cada um desses países chegou a promover o desenvolvimento econômico de forma mais acelerada, comparado ao processo normal. Brasil e Índia são países semelhantes em termos de políticas de desenvolvimento, porém os resultados obtidos não foram os mesmos. Com isto, este estudo busca, a partir da literatura existente, compreender o processo de crescimento dos países em estudo, partindo da análise de políticas institucionais, passando pelas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto fazendo um comparativo entre os dois países afim de obter estatisticamente as diferenças.

Palavras-chaves: Desenvolvimento; Brasil; Índia.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze development policies adopted by the Brazilian and Indian economies post-1945, seeking to understand how each of these countries came to promote economic development more rapidly, compared to the normal process. Brazil and India are similar countries in terms of policy development, but the results were not the same. As a result, this study seeks from the existing literature, to understand the growth process of the countries under study, based on an analysis of institutional policies, through the growth rates of gross domestic product by making a comparison between the two countries in order to obtain, statistically, the differences.

Keywords: Development; Brazil; India.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS.....	9
1.1.2	Objetivo Geral	9
1.1.3	Objetivos Específicos	9
1.2	JUSTIFICATIVA.....	10
1.3	METODOLOGIA	10
1.4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.	CONTEXTO HISTÓRICO	14
2.1	O BRASIL ENTRE 1945 E 2010	14
2.2	A ÍNDIA PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	25
3.	PIB INDIANO X BRASILEIRO: DE 1950 A 2010.....	33
4.	O DESEMPENHO COMPARADO: BRASIL X ÍNDIA	41
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXO	45

1. INTRODUÇÃO

O grupo de países que constituem o chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ganharam posição de destaque no cenário internacional por serem economias emergentes, com taxas de crescimento expressivas e importantes polos econômicos mundiais. A atuação do BRICS visa intensificar as relações de troca entre suas economias, identificando interesses comuns que fortaleçam o grupo e sirvam de base para uma atuação conjunta como grupo (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012).

O BRICS refere-se a um grupo de países em desenvolvimento que, de acordo com Jim O'Neill, apresentariam um crescimento do PIB real que poderia exceder o do G7 (JESUS, 2013), com dois pilares principais: coordenação em foros multilaterais e cooperação entre seus membros (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015). “O BRICS permitiu a seus membros mais espaço para o diálogo, a coordenação e a concentração em relação a múltiplos temas, bem como a ampliação de contatos e cooperação em setores específicos” (JESUS, 2013, pg. 33). Sendo assim, foi necessário a institucionalização do grupo através de desenvolvimento de regras de formulação de decisões que definem os interesses dos países pertencentes ao grupo.

Na VI Cúpula do BRICS, realizada em Nova Delhi no ano de 2012, houve a criação do Novo Banco de Desenvolvimento com o intuito de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável dos países pertencentes ao grupo e também de outros países que se encontram em desenvolvimento (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015). O Brasil assumiu a presidência do grupo a partir da Cúpula realizada em Fortaleza, liderando o Plano de Ação aprovado na ocasião. Ministros de Finanças dos países membros encontram-se regularmente às margens das reuniões do G-20.

Dados estatísticos apontam que os BRICS possuem “26% da área terrestre do planeta e 46% da população mundial. [...] Em matéria de crescimento econômico [...]: 18% do PIB mundial, à frente da previsão original do Banco Goldman Sachs, de 14,2%” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2015).

De acordo com informações retiradas do site do Ministério das Relações Exteriores (2015):

O acrônimo "BRICs" (Brasil, Rússia, Índia) foi inicialmente formulado em 2001, pelo economista Jim O'Neill, do banco Goldman Sachs, em estudo com prognósticos sobre o crescimento das economias de Brasil, Rússia, Índia e China – por representarem, em seu conjunto, parcela significativa do produto e da população mundial.

“Para o Brasil, o BRICS (*Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*) reveste-se de especial relevo na medida em que reúne quatro parceiros estratégicos do País, com expressiva articulação regional e crescente participação na economia global” (Brasil, 2015).

No Brasil, durante o século XX, algumas políticas econômicas foram colocadas em prática a fim de impulsionar o desenvolvimento do país como a política de comércio exterior e cambial do início do Governo Dutra, o controle das importações em meados de 1947, as mudanças ocorridas durante o segundo Governo Vargas, os planos quinquenais do Governo JK, o Plano Trienal e muitas outras. (ABREU et al., 1989)

Na Índia, após a proclamação da independência em 1947, foi elaborada uma estratégia de desenvolvimento ancorado em seis pilares principais¹, que vigorou até o início da década de 1980 (PRATES; CINTRA, 2009). Estes pilares foram construídos durante o período de colonização inglesa e serviram de base para a criação do Estado indiano como se conhece.

A partir do que foi exposto acima, destaca-se como problema de pesquisa neste trabalho: Quais são as diferenças entre as economias brasileira e indiana, entre os anos de 1945 e 2010, que fazem com que o crescimento do PIB da Índia seja mais alavancado que o do Brasil?

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Objetivo Geral

O objetivo desta monografia é identificar quais as diferenças do desenvolvimento entre Brasil e Índia entre os anos de 1945 e 2010.

1.1.3 Objetivos Específicos

- Descrever a história econômica recente dos países em questão;
- Comparar o crescimento do Produto Interno Bruto das economias brasileira e indiana entre o período de 1950 a 2010, identificando os períodos de crescimento e instabilidade;
- Discutir as diferenças no desenvolvimento econômico entre Brasil e Índia entre os anos 1945 e 2010.

¹ Planejamento diretivo, com base em planos quinquenais; prioridade à industrialização pesada, com forte proteção da atividade empresarial; preservação da pequena produção artesanal; regulação do sistema financeiro; pequena participação do capital estrangeiro; e propriedade ou controle estatal dos setores estratégicos (PRATES; CINTRA, 2009).

1.2 JUSTIFICATIVA

A posição econômica mundial dos países chamados BRICS foi mudando ao longo dos anos devido às projeções do economista Jim O’Neill, da Goldman Sachs, de que a China ultrapassará os Estados Unidos da América em termos econômicos, fazendo com que esse grupo supere as economias do chamado G7 em 2027 (BBC, 2009).

Mesmo tendo ótimas expectativas de crescimento, esses países enfrentaram graves problemas econômicos e sociais oriundos de políticas mal executadas e também por terem um passado baseado em exploração comercial por parte de países europeus em busca de crescimento territorial. O sistema de castas indiano, mesmo abolido na Constituição de 1950, tem sido uma barreira ao progresso social indiano, não só na divisão do trabalho, como também na divisão dos seres humanos em nichos inflexíveis. (DRÈZE; SEN, 2015)

Diante dos problemas citados anteriormente, surge a necessidade de estudar e entender melhor o desempenho econômico de países como Brasil e Índia, a fim de compreender suas políticas de desenvolvimento econômico, o que deu certo e o que deu errado. O resultado deste estudo poderá contribuir para o debate sobre o desenvolvimento brasileiro, ajudando a esclarecer quais são os pontos de deficiência das políticas econômicas adotadas e o porquê do baixo crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil.

1.3 METODOLOGIA

Este item da monografia refere-se à descrição dos procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa e à apresentação de informações acerca do tipo de pesquisa, coleta e análise de dados. Em relação ao tipo de pesquisa, há três classificações: exploratórias, descritivas e explicativas. Na coleta de dados, descrevem-se quais foram as técnicas utilizadas, e, na análise de dados, descrevem-se quais os procedimentos a serem adotados para análise quantitativa ou qualitativa (GIL, 2002).

A definição do tipo de pesquisa desta monografia foi baseada no conceito dado por Gil (2002) acerca de pesquisas explicativas:

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente (pg. 42).

O problema e os objetivos desta monografia focam em explicar quais as semelhanças e diferenças no desenvolvimento das economias brasileira e indiana, ou seja, identificam os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno desenvolvimento.

Os procedimentos adotados para a coleta e a análise de dados delineiam, em linhas gerais, o desenvolvimento da pesquisa. Nesta monografia, a coleta de dados se dará por meio de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Os livros são classificados como leitura corrente ou de referência, ou seja, os de leitura corrente abrangem obras literárias e também obras de divulgação, enquanto que a leitura de referência são aqueles que possibilitam a rápida obtenção das informações requeridas (GIL, 2002).

Sobre a vantagem da pesquisa bibliográfica, Gil (2002) coloca:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (pg. 45).

A análise dos dados coletados será feita através da realização de leituras exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Sobre a leitura exploratória, “esta é uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa.” Sobre a leitura seletiva, “após a leitura exploratória, procede-se a sua seleção, ou seja, à determinação do material que de fato interessa à pesquisa.” Sobre a leitura analítica, “a finalidade da leitura analítica é a de ordenar e sumariar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa.” Por fim, sobre a leitura interpretativa, “procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica” (GIL, 2002).

Parte desta pesquisa será a comparação de dados econômicos entre os dois países, e será utilizado como base de dados o “Penn World Table”. Segundo informações retiradas do site, “**The Penn World Table** provides purchasing power parity and national income accounts converted to international prices for 189 countries/territories for some or all of the years 1950-2010.”² (PWT, 2015)

1.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

² O Penn World Table fornece a paridade do poder de compra e as contas nacionais convertidas em preços internacionais de 189 países/territórios para alguns ou todos os anos 1950-2010.

O processo de desenvolvimento deste trabalho se baseia na ideia de que as políticas econômicas adotadas fazem com que possa existir um crescimento econômico que leve ao desenvolvimento.

Chang (2004) coloca que são necessárias instituições sólidas que tenham uma visão de desenvolvimento nacional, capazes de aplicar políticas que apontem para o processo de desenvolvimento, e que também sejam parceiras nesse processo. Deste modo, as instituições nacionais direcionam da melhor maneira possível o país para o desenvolvimento, criando condições e principalmente planejando para onde deve seguir a economia. Drèze e Sen (2015) colocam:

A análise inteligente e esclarecida das medidas políticas deve ser sensível à necessidade geral de boas instituições, apropriadas a circunstâncias particulares, tendo em mente as conexões fundamentais entre crescimento econômico e a expansão da educação e do capital humano.

Estas instituições tem que ser voltadas no sentido de dar condições ao desenvolvimento e ser eficiente nesse processo, e “as necessidades institucionais para o rápido crescimento econômico devem ser complementadas por instrumentos e organizações específicos para melhorar as condições de vida das pessoas” (DRÈZE; SEN, 2015). A melhora das condições de vida não só é uma questão de distribuição de renda, mas também depende do uso que é dado à receita pública gerada pela expansão econômica. “A Índia desenvolveu uma dependência de serviços privados, ignorando o estabelecimento de um sólido pilar de apoio ao setor público de saúde, que tem sido o alicerce de quase todos os processos bem-sucedidos de transição de saúde na história mundial” (DRÈZE; SEN, 2015). Para concluir,

[...] o ponto central a ser apreciado aqui é que, embora o crescimento econômico seja uma ferramenta importante para melhorar as condições de vida da população, seu alcance e impacto dependerão em grande parte do que é feito com os frutos do crescimento. A relação entre o crescimento econômico e o avanço da qualidade de vida está condicionada a mútuos fatores, e não menos importante, ao que o governo faz com a receita pública gerada pelo crescimento econômico (pg. 54).

A análise sobre as políticas aplicadas se faz necessária para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados. Serão utilizadas duas obras principais para auxiliar no alcance do objetivo em questão, sendo essas o livro organizado por Fabio Giambiagi, André Villela, Lavinia Barros de Castro e Jennifer Hermann, cujo título é “Economia Brasileira Contemporânea” e o livro escrito pelos economistas Jean Drèze e Amartya Sen, sendo o título “Glória Incerta”. Esse último livro citado e o artigo escrito por Diego Santos Vieira de Jesus para a Revista Oikos com o título “De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS”, juntamente com o livro “Economia e Desenvolvimento em Países Emergentes”

organizado por Flávio Vilela Vieira, serão utilizados para relatar de forma breve a formação do BRICS, com ênfase nos países analisados nesta monografia.

Outro objetivo deste trabalho é a comparação entre Produto e Renda entre as economias brasileira e indiana, que será alcançado através dos indicadores econômicos disponíveis no Penn World Table. Porém, como coloca Drèze e Sen (2015),

Contrariando a retórica cada vez mais utilizada de que a Índia segue no caminho de tornar-se uma “superpotência” econômica, isso está longe de ser a imagem real, mesmo em termos de renda per capita. Na verdade, apesar da rápida expansão econômica nos últimos anos, a Índia continua sendo um dos países mais pobres entre aqueles que estão fora da África Subsaariana (pg. 64).

Por este motivo, a análise das políticas adotadas ao longo dos anos se faz necessária, pois é de extrema importância encontrar a fragilidade dessas políticas e entender onde está o erro. Drèze e Sen (2015) fazem uma comparação com vários países, entre eles o Brasil, destacando que a Índia ainda precisa melhorar muito seus indicadores de qualidade de vida, pois o crescimento do PIB pouco acrescenta no entendimento da melhora de vida da população, pois há grande concentração de renda na mão de poucos, embora comparado com outros países, é um número bastante elevado devido a população da Índia ser grande, cerca de 1 bilhão de pessoas.

A comparação entre as políticas institucionais adotadas pelos países desse estudo ao longo dos anos é o último objetivo deste trabalho, sendo feita através das literaturas já citadas anteriormente. O Brasil dos anos 80 buscava expansão econômica sem prestar atenção em como isso afeta a vida das pessoas, sendo que esse não era o padrão que a Índia buscava. Conforme Drèze e Sen (2015),

Naquela época (final dos anos 80), o Brasil era, em muitos aspectos, um exemplo apropriado desse padrão. Nos anos 1960 e 1970, o país teve uma das economias de mais rápido crescimento do mundo, mas as condições de vida permaneceram deploravelmente ruins para uma grande parte da população. [...] Curiosamente, durante as últimas duas décadas, o Brasil mudou de rumo e adotou uma abordagem mais inclusiva, baseada em políticas sociais ativas.

Para concluir, “essas conquistas, e a velocidade em que ocorreu a mudança, são fatos importantes, dos quais podem ser tiradas lições encorajadoras” (DRÈZE; SEN, 2015)

2. CONTEXTO HISTÓRICO

O período que marcou o fim da Segunda Guerra Mundial coincidiu com o fim do Estado Novo e o início do governo Dutra. Conforme apontam Vianna e Villela (2011), o início da Guerra Fria e o período conhecido como “escassez de dólares” ocorrido na economia internacional desencadearam no Brasil sucessivas crises no balanço de pagamentos e fizeram com o que modelo liberal fosse abandonado e desse lugar ao modelo de desenvolvimento industrial com participação do Estado. Na Índia pós-independente, o principal objetivo das políticas públicas adotadas era o desenvolvimento econômico rápido e equilibrado. Os Planos Quinquenais foram lançados com o objetivo de prover as ferramentas necessárias à promoção do desenvolvimento indiano, através de medidas de cunho protecionista.

O objetivo deste capítulo é a descrição da história econômica de Brasil e Índia, com foco nas políticas adotadas a fim de promover o desenvolvimento econômico e institucional de ambos.

2.1 O BRASIL ENTRE 1945 E 2010

Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência do Brasil em 1946, e de acordo com Vianna e Villela (2001), o problema da inflação era a maior preocupação do governo, causada pelos déficits orçamentários da União. A combinação de políticas fiscais e monetárias contracionistas seriam o tratamento adequado para o problema acima mencionado.

Inicialmente, para reequipar a indústria, forçar a baixa dos preços industriais e estimular o ingresso de capitais, a moeda foi mantida sobrevalorizada e houve relaxamento do controle cambial. Porém, a prioridade norte-americana em relação à reconstrução europeia reduziu as esperanças quanto à captação de recursos externos para o financiamento do desenvolvimento econômico. Portanto, em julho de 1947 foi colocada em prática controles cambiais e de importações, onde “o Banco do Brasil disponibilizaria divisas de acordo com uma escala de prioridades que favorecia a importação de produtos considerados essenciais” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 5). Como essas medidas não foram de cunho rigoroso, sendo que as mesmas seriam passageiras, apenas até a recuperação dos mercados mundiais, em fevereiro de 1948 foi colocado em prática o modelo de substituição de importações, o qual era “baseado na concessão de licenças prévias para importar, de acordo com as prioridades do governo” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 5).

Mesmo a combinação desses dois fatores, programa de substituição de importações e taxa de câmbio sobrevalorizada, não foi suficiente para diminuir efetivamente o déficit do balanço de pagamentos, pois embora houvesse aumento da produção real da indústria de transformação (material elétrico, material de transporte e metalurgia) entre os anos de 1946 e 1950, ainda assim o montante de importações era significativo, sendo que “representavam 40% da oferta doméstica no setor de Material Elétrico, 51% no de Material de Transporte e 18% da oferta doméstica na Metalurgia” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 6). O aumento do crédito do Banco do Brasil para financiar a indústria aliado com o aumento dos gastos da União levaram a inflação para a casa dos dois dígitos.

Portanto, para finalizar, de acordo com Vianna (1995):

O final do governo Dutra pode ser caracterizado, portanto, no setor interno, pela retomada do crescimento, do processo inflacionário e pela recorrência do desequilíbrio financeiro do setor público e, no setor externo, pelas expectativas favoráveis decorrentes da elevação dos preços do café e da mudança de atitude do governo norte-americano em relação ao financiamento dos programas de desenvolvimento do Brasil. (pg. 122)

Em seu segundo mandato³, Vargas governou o país entre 1951 e 1954 e teve como herança do governo Dutra a volta do processo inflacionário e desequilíbrio financeiro da União. Porém, no contexto internacional, “a vitória de Vargas nas eleições de outubro de 1950 parece ter acelerado a disposição norte-americana de colaborar com o vasto programa de equipamento e expansão dos setores de infraestrutura básica[...], pois foi constituída a CMBEU⁴” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 9). Sobre a CMBEU, Vianna e Villela (2011) escreveram duas razões pelas quais era de extrema importância:

Primeiro, asseguraria o financiamento de projetos que permitiriam a superação de gargalos na infraestrutura econômica do país (marcadamente nos setores de energia, portos e transportes), fornecendo as divisas necessárias para essa finalidade. E, segundo, a desobstrução desses pontos de estrangulamento poderia propiciar uma ampliação dos fluxos de capital dirigidos ao Brasil, graças a investimentos diretos ou a novos empréstimos feitos por aquelas duas instituições. (pg. 9)

O desequilíbrio fiscal da União, citado anteriormente, foi reduzido no ano de 1951 através das medidas restritivas nas políticas monetária e fiscal adotadas pelo governo, onde reduziu-se severamente o gasto público e aumentou-se ao máximo a arrecadação, sendo o crédito também reduzido. “A combinação de contenção de despesas da União (acompanhada pelos Estados e o Distrito Federal) e de um grande aumento da receita levou ao primeiro superávit global da União e estados desde 1926” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 10).

³ O primeiro governo Vargas durou 15 anos, ocorrendo entre 1930 a 1945

⁴ Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

A melhoria das relações internacionais com os Estados Unidos afrouxou a política de concessão de licenças para importar, com vistas a intensificar a industrialização nacional, fazendo com que o número de importações aumentasse para US\$1,7 bilhão, sendo que 55% do aumento nas importações ocorreu no setor de bens de capital e 28% em outros bens de produção, ou seja, o viés industrializante de Vargas fez com que ocorressem graves desequilíbrios na balança comercial, uma vez que as exportações em 1952 caíram cerca de 20% em comparação com o ano de 1951. Sendo assim, a política de concessão de licenças novamente foi apertada e possuíam vida útil de 6 a 12 meses para bens supérfluos e bens de capital, respectivamente (VIANNA; VILLELA, 2011).

A mudança na presidência dos Estados Unidos mudou os rumos do financiamento recebido pelo país, pois “[...] foi abandonada a política do ponto IV, de Truman. Com relação ao Brasil, logo ficou claro que o governo Eisenhower não manteria o financiamento aos projetos elaborados pela Comissão Mista” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 12), levando à reforma ministerial como uma das reorientações de política de governo. Para ministro da Fazenda, Vargas nomeou Osvaldo Aranha para o cargo. Sobre a política adotada pelo novo ministro, Vianna e Villela (2011) escreveram:

A política do ministro Aranha consistiu numa nova tentativa de estabilização da economia. Mantinha a visão ortodoxa do problema, porém, dessa feita, privilegiando o ajuste cambial. Os problemas centrais eram dois: a situação cambial e o financiamento do déficit público sem emissão de moeda e expansão do crédito. (pg.13)

A Instrução 70 da Sumoc⁵ foi criada para regular os problemas cambial e fiscal ao mesmo tempo, embora o governo tenha encontrado problemas para fazer o ajuste fiscal devido aos gastos do governo com obras públicas necessárias à adequação da infraestrutura industrial ao crescimento econômico brasileiro. No tocante ao ajuste cambial, Vianna e Villela (2011) colocaram que:

As principais mudanças introduzidas no sistema cambial brasileiro foram o restabelecimento do monopólio cambial do Banco do Brasil, a extinção do controle quantitativo das importações e a instituição de leilões de câmbio e substituição das taxas mistas por um sistema de bonificações incidentes sobre a taxa oficial. (pg. 14)

As obras públicas citadas anteriormente eram importantes para acomodar a criação de empresas estatais propostas pela Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência, que futuramente desempenhariam papel importante na ampliação da oferta de insumos industriais.

Outra dificuldade encontrada pelo programa de estabilização do ministro Aranha foi a proposta de aumento do salário mínimo feita pelo Ministro do Trabalho João Goulart. Enquanto

⁵ Superintendência da Moeda e do Crédito

Jango propunha um aumento de 100%, Aranha propôs um aumento de 33%. Contrariando a tentativa de estabilização do Ministro, com vistas para a eleição de 1954, Vargas anuncia o aumento de 100% do salário mínimo em 1º de maio. A política de Vargas visava atender à uma ampla parte da sociedade, porém sem contar com transformações estruturais consideráveis, essa política mostrou-se frágil diante de problemas econômicos (VIANNA; VILLELA, 2011).

Café Filho presidiu o país entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955, e seu governo marcou o período de transição entre o Governo Vargas e o Governo JK. Mesmo sendo um período curto, o governo de Café Filho tinha como prioridade a crise cambial causada pela queda dos preços do café e do vencimento de créditos de curto prazo. A Instrução 113 da Sumoc foi colocada pelo então ministro da Fazenda Eugênio Gudin para remover os obstáculos à entrada do capital estrangeiro no país, “autorizando a Carteira de Comércio Exterior – Cacex, do Banco do Brasil, a emitir licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos e bens de produção” (VIANNA; VILLELA, 2011, pg. 19).

O programa de estabilização de Gudin visava austeridade fiscal e contração monetário-creditícia, pois acreditava-se que o déficit público e a expansão monetária eram os principais causadores do processo inflacionário vigente na época. “O pilar básico da política de estabilização do governo, repousava no entanto na Instrução 108 da Sumoc [...], consistia no recolhimento do compulsório à caixa da Sumoc e não mais à do Banco do Brasil” (PINHO NETO, 1995, pg. 155). Essa medida visava a redução do crédito, evitando que os bancos comerciais expandissem o mesmo.

O período governado por Juscelino Kubitschek compreendeu os anos de 1956 a 1963. A transformação da estrutura produtiva, de agrária para industrial, a urbanização da população e a construção da nova capital do país, Brasília, foram mudanças significativas do período chamado de “era de ouro” (VILLELA, 2011).

Quando ainda candidato, JK publicou o plano de governo sob o nome de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento, onde “falava explicitamente em acelerar o desenvolvimento econômico, como forma de transformar o país estruturalmente” (VILLELA, 2011, pg. 27), sendo necessária uma política de industrialização a fim de cumprir as transformações citadas. “Em síntese, JK de fato entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um “presente de grego”, sob a forma da piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos” (VILLELA, 2011, pg. 29).

O Brasil ainda passava por um período de escassez de divisas, sendo agravada pelas exportações ruins do café devido à trajetória de preço descendente. Por este motivo, a política

cambial de JK “não apenas procurava lidar com a restrição de divisas da época [...] como também funcionava como um importante instrumento de política de desenvolvimento econômico, ao alargar as possibilidades de investimento [...]” (VILLELA, 2011, pg. 34).

O programa de metas do governo JK consistia em “30 objetivos específicos, distribuídos segundo cinco áreas, e contemplava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação, cujo montante orçado equivaleria a cerca de 5% do PIB” (VILLELA, 2011, pg. 35). A construção de Brasília foi uma meta autônoma de JK, que previa a mudança da capital do país, atualmente no Rio de Janeiro,

e era por ele considerada um projeto prioritário. [...] A implementação do programa dependeu da adoção de uma tarifa aduaneira protecionista, complementada por um sistema cambial que subsidiava tanto a importação de bens de capital como de insumos básicos, e que atraía o investimento direto por parte do capital estrangeiro (VILLELA, 2011, pg. 36).

O programa de estabilização monetária foi uma exigência do FMI para que fosse concedido crédito junto ao Eximbank. Algumas das medidas eram a contenção dos gastos da União e também do crédito, e fim da compra de café pelo governo. Porém, para preservar o Programa de Metas, JK rompeu com as negociações perante o FMI, pois entre crescer e estabilizar, ele deu importância ao primeiro. Sendo assim, houve queda nas exportações e aumento do IGP, problemas que seriam enfrentados pelo sucessor de JK.

Jânio Quadros, presidente do Brasil entre 31 de janeiro e 25 de agosto de 1961, herdou do governo JK um desequilíbrio macroeconômico grave, e para combatê-lo, lançou logo no início de seu governo um pacote de medidas de cunho ortodoxo, que previa “desvalorização cambial forte e a unificação do mercado de câmbio, a contenção do gasto público, uma política monetária contracionista e a redução dos subsídios ainda concedidos às importações de petróleo e trigo” (VILLELA, 2011, pg. 40).

Com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, assume o poder João Goulart, que presidiu entre 1961 e 1964. A queda da taxa de crescimento em 1962 e o agravamento da inflação forçam Jango a lançar o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que tinha como objetivo geral conciliar o combate à inflação e o crescimento econômico com reformas sociais. Os objetivos específicos do plano eram:

(1) garantir taxa de crescimento do PIB de 7% a.a., próximo à média dos anos anteriores; (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em 1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos. (VILLELA, 2011, pg. 41)

A estratégia de desenvolvimento traçada pelo plano era de cunho cepalino⁶, pois dava ênfase ao aprofundamento do processo de industrialização via substituição de importações. “Para Furtado, a crise econômica por que passava o país era, antes de mais nada, uma crise do modelo de desenvolvimento, e que só poderia ser superada com o aprofundamento do próprio modelo” (VILLELA, 2011, pg. 42). Porém, com a pouca receptividade dos Estados Unidos à San Tiago Dantas, as críticas domésticas às medidas contracionistas impostas pelo Plano Trienal e o acirramento da conspiração militar contra Jango, agrava-se a situação política do governo, terminando com o Golpe Militar de 1964 que derrubou o então presidente João Goulart.

Em 1964, ocorreu no país um golpe militar que transformou a democracia brasileira em regime ditatorial, que se estendeu por 20 anos. O primeiro presidente foi o marechal Humberto Castello Branco, que governou no período de 1964-66. As manifestações da sociedade civil a atuação de partidos políticos foram fortemente repressivas, o que facilitava a condução da política econômica porque não havia resistência formal.

O Programa de Ação Econômica do Governo, o Paeg, consistia num “plano de emergência destinado a combater eficazmente a inflação, tendo como principais medidas um programa de ajuste fiscal com aumento de receitas e contenção de despesas, política de controle de crédito ao setor privado e mecanismo de correção salarial” (HERMANN, 2011, pg. 51 e 52). Era um plano gradual, ou seja, não visava a eliminação radical e em curto prazo da inflação, e sim ajustes graduais a fim de atenuar o processo inflacionário ao longo de três anos, com a intenção de evitar uma crise de estabilização. “O fato é que, nesse período, havia no Brasil um certo consenso de que as ‘crises de estabilização’ não eram uma necessidade para o alcance da estabilidade de preços. [...] A ‘mágica’ dessa conciliação seria feita pela correção monetária” (HERMANN, 2011, pg. 53).

Foram feitas duas reformas importantes entre os anos de 1964-67: tributária e financeira. No tocante à reforma tributária, foram criados novos impostos afim de aumentar a arrecadação da União. “Do ponto de vista distributivo, a reforma tributária foi regressiva, beneficiando as classes de renda mais alta com os incentivos e isenções sobre o imposto de renda [...] penalizando mais as classes de baixa renda” (HERMANN, 2011, pg. 55). Já em relação à reforma financeira, tinha como objetivo central a criação de duas novas instituições capazes de

⁶ “A CEPAL (*Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*) foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social” (CEPAL, 2015).

financiar o processo de industrialização do país, sendo elas o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional. (HERMANN, 2011).

No final do governo Costa e Silva e início do governo de Médici, a economia brasileira passou por um período de aceleração. A taxa de crescimento do PIB foi de 11% a.a., a taxa de investimento subiu para 19%, a inflação apresentou queda e o Balanço de Pagamentos apresentou sensível melhora. Essa fase é conhecida como “milagre econômico”. Antônio Delfim Netto era o Ministro da Fazenda do governo Costa e Silva, e manteve o combate gradual à inflação, porém com duas mudanças: (1) controle da inflação com base no componente de custos e não mais de demanda; (2) políticas de incentivo à retomada do crescimento econômico (HERMANN, 2011).

A reforma no sistema financeiro brasileiro implementada no governo Castello Branco permitiu que houvesse forte entrada do capital estrangeiro no país, através de investimento externo direto aplicados na produção de bens e serviços e também de empréstimos em moeda, além da utilização da capacidade ociosa existente nas indústrias, sendo esses recursos os responsáveis pelo “milagre econômico”. Porém, como herança para o governo Geisel, ficaram a correção monetária e o aumento da dependência externa nos setores industrial e financeiro, evidenciadas a partir do primeiro choque do petróleo, em 1973 (HERMANN, 2011).

O período que abrange os anos de 1974 a 1984 compreende os governos de Geisel, Figueiredo e Sarney, sendo este último o primeiro presidente civil após o golpe militar de 1964. A estrutura produtiva brasileira que se consolidou nos anos do “milagre” eram extremamente dependentes de petróleo, elevando o nível de importação do produto de 59% para 81%. Com este dado, evidencia-se a elevada dependência da indústria brasileira em relação ao mercado externo. Após o primeiro choque do petróleo, onde houve uma expressiva elevação dos preços desse insumo no mercado internacional, o efeito imediato foi a elevação dos juros dos países industrializados, contraindo ainda mais a capacidade de importar dos países em desenvolvimento. Como as exportações se contraíram devido a diminuição da atividade produtiva nos países industrializados, os déficits comerciais surgiram para os países em desenvolvimento, o caso do Brasil. Em 1979, ocorre o segundo choque do petróleo, elevação das taxas básicas de juros dos países industrializados e recessão nos mesmos (HERMANN, 2011).

A combinação dos dois choques do petróleo foram desastrosas para o Brasil, pois a elevação dos juros americanos aumentou o déficit em conta corrente e dificultou a captação de novos empréstimos, além de aumentar o risco atribuído aos países devedores devido ao aumento das despesas com a dívida já contratada. Assim, a compensação dos déficits em conta corrente

pelo superávit na conta de capital, algo que era realizado durante o período do “milagre”, não era mais possível. Como resultado, há o racionamento do crédito para os países devedores. Impossibilitados de refinar as despesas financeiras, a moratória é inevitável, sendo o primeiro país a declarar o México. Esse episódio elevou a desconfiança dos investidores internacionais em relação aos países endividados, ocorrendo o estancamento do fluxo de capitais para esses países (HERMANN, 2011).

O quadro econômico brasileiro no ano de 1974 fez com que o presidente Geisel adotasse um plano de ajuste externo, adotando medidas de ajuste conjuntural e estrutural, a segunda visando atenuar a dependência externa ao crescimento, através de substituição de importações e do aumento da capacidade de exportar. Assim, surge o II PND que, segundo Hermann (2011) era

um ousado plano de investimentos públicos e privados (estes seriam incentivados por políticas específicas), a serem implementados ao longo do período de 1974-79 [...]. Os novos investimentos eram dirigidos aos setores, identificados, em 1974, como os grandes ‘pontos de estrangulamento’ que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação (pg. 80).

O preço dos ajustes realizados foi elevado, o quadro de aceleração inflacionária manteve-se persistente até início dos anos 1990. No tocante às contas públicas, o déficit nominal e a dívida pública mantiveram trajetória ascendente, causados pela inflação, correções cambiais e política de juros altos praticadas pelos países industrializados.

O período que abrange os anos de 1985 a 1989 foram marcados por tentativas de estabilização da economia, sendo eles o Plano Cruzado em 1986, Bresser em 1987 e Verão em 1989. Porém, embora possibilitaram períodos de rápido crescimento da economia, todos fracassaram no combate à inflação, deteriorando ainda mais as contas fiscais e externas. Um acontecimento marcante ocorrido ainda em 1984 foi o movimento Diretas Já, que consistia na volta das eleições diretas para presidente, com voto popular. Porém, apesar de grande mobilização dos brasileiros, a Emenda Dante de Oliveira não foi aprovada, frustrando então os milhões de brasileiros que foram às ruas na esperança da retomada da democracia.

A transição para a democracia se deu através de eleições indiretas, no Colégio Eleitoral, com a eleição de Tancredo Neves em 15 de janeiro de 1985, sendo o primeiro presidente civil desde 1960. Com a morte de Tancredo, assume o vice José Sarney, porém considerado o candidato mais fraco da ‘Aliança Democrática’ (CASTRO, 2011).

Sarney herdou uma economia saudável, com crescimento expressivo, superávit na balança comercial e redução no déficit operacional. “Vivia-se, a rigor, um momento internacional favorável. O preço do petróleo, importante item na pauta de importações

brasileiras, caía no mercado internacional [...]” (CASTRO, 2011, pg. 100). Portanto, o problema que a economia brasileira ainda enfrentava era a inflação, que estava na casa dos três dígitos.

Castro (2011) escreve que,

Diante da ineficácia das medidas fiscais e monetárias implementadas na primeira metade dos anos 1980, fortaleceu-se a tese de que o princípio da correção monetária, introduzido no Paeg, tornara-se um elemento de dificuldade para o combate à inflação. Mas, embora houvesse certa unanimidade quanto à necessidade de promover a desindexação da economia brasileira, o modo de fazê-lo estava longe de ser consensual (pg. 101).

Para combater a indexação da economia brasileira, o governo lançou, em 28 de fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, composto por quatro grandes grupos de medidas: reforma monetária e congelamento, onde o novo padrão monetário mudou de cruzeiro para cruzado; desindexação da economia, ORTNs extintas e substituídas pelas OTNs; índice de preços e cadernetas de poupança, mudança do IPCA para IPC e mudança nos rendimentos da poupança, que passaram de mensais para trimestrais; e política salarial, sendo os salários oficialmente congelados com a possibilidade de aumento por parte dos empresários, caso a caso (CASTRO, 2011). “O sucesso inicial do Plano Cruzado foi estrondoso. Os índices de preços ao consumidor, que em fevereiro de 1986, estavam em torno de 15% ao mês, baixaram para praticamente zero nos meses subsequentes” (CASTRO, 2011, pg. 112). Com os preços congelados e o aquecimento da demanda, logo começaram a faltar produtos básicos nas prateleiras. Foi então lançado o Cruzadinho, pacote fiscal para desaquecer a economia sem aplicar o descongelamento dos preços, porém se mostrou ineficiente, sendo necessária a importação de diversos produtos para abastecer as prateleiras.

O lançamento do Cruzado II, lançado no ano de 1986, foi o início do descongelamento dos preços. O pacote previa aumento de impostos em produtos como automóveis, cigarros e bebidas, além da remarcação de tarifas de energia elétrica, telefone e postais. Os resultados obtidos com o Plano Cruzado, no mesmo ano, e os pacotes lançados ao longo do mesmo não foram satisfatórios devido aos vários erros cometidos na condução do plano.

Em 1987, assume a pasta da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira, lançando imediatamente o Plano Bresser, com o objetivo de promover um choque deflacionário sem cometer os mesmos erros do plano anterior, e foi considerado híbrido por conter elementos ortodoxos e heterodoxos. Pelo lado ortodoxo, as políticas fiscal e monetária foram usadas com mais intensidade, ao contrário do ocorrido no Plano Cruzado, onde as mesmas foram consideradas frouxas. Do lado heterodoxo, novamente o congelamento de preços, porém gradual, onde era previsto o congelamento total por 3 meses, depois a flexibilização do congelamento, para no fim ocorrer o descongelamento total dos preços.

O fracasso do Plano Bresser levou ao lançamento do Plano Verão em janeiro de 1989, e consistia também em um plano híbrido, que previa reforma administrativa para fins de contenção de gastos e, novamente, congelamento de preços e salários. Outra vez houve mudança na unidade monetária nacional, sendo o cruzado novo estabelecido na paridade 1:1 com o dólar. O resultado do plano foi inflação disparada, falta de confiança no governo e reivindicação por parte dos trabalhadores por ajustes salariais, contribuindo para o fracasso da década.

Em 1990, assume a presidência Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde o golpe militar de 1964. A década é marcada pela abertura do mercado e pela privatização de algumas empresas estatais, com objetivo de aumentar a competitividade. “[...] a recuperação do atraso industrial era vista pelo governo não apenas como uma prioridade *per se*, mas também como uma condição necessária para se obter a estabilidade duradoura dos preços” (CASTRO, 2011, pg. 136). Com esse objetivo, foi lançado o Plano Nacional de Desestatização, que visava redesenhar o parque industrial, consolidar a estabilidade e reduzir a dívida pública, onde foram privatizadas 33 empresas federais, sendo elas dos setores de siderurgia, petroquímica e fertilizantes (CASTRO, 2011).

O Plano Collor I, lançado em 1990, previa o congelamento de preços, reintrodução do cruzeiro como padrão monetário e o sequestro de liquidez. Houve criação de novos tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados e o Imposto sobre Obrigações financeiras, com intuito de aumento da arrecadação da União. O sequestro de liquidez foi a medida mais polêmica e traumática do governo Collor, onde aplicações financeiras acima de NCr\$50.000 foram bloqueados pelo prazo de 18 meses, e seriam devolvidos em 12 prestações iguais e sucessivas. Os valores seriam transformados para cruzeiros e receberiam correção monetária.

O Plano Collor II, lançado em 1991, tinha como principal objetivo a contenção dos níveis inflacionários, e seria atingido através da racionalização dos gastos administrativos, corte de despesas e aceleração do processo de modernização do parque industrial, tendo a ideia de que a modernização ampliaria a oferta de produtos a custos menores. No início houve o controle da inflação, porém a credibilidade do governo estava abalada devido aos inúmeros escândalos de corrupção, levando à renúncia de Collor. Assume então o vice-presidente Itamar Franco, tendo como ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, futuro presidente do país.

Foi no governo de Itamar Franco que teve início o único plano de estabilização que efetivamente cumpriu o que prometeu. O Plano Real, com início em 1994, tinha como função promover o ajuste fiscal com intuito de equilibrar as contas do governo, a criação da Unidade Real de Valor (URV) e o lançamento de fato da nova unidade monetária brasileira, o Real. O

Plano Real defendia que o excessivo gasto público era o principal responsável pela inflação, porém, a estabilização se deu através da piora das contas públicas, o que caiu por baixo o diagnóstico do governo. A adoção da URV como moeda virtual, sendo utilizada apenas como unidade de conta, ou seja, “era apenas um indexador para contratos, permanecendo o cruzeiro real com a função meio de pagamento” (CASTRO, 2011, pg. 148), foi mais uma inovação do plano, onde não existiam duas moedas em circulação.

A melhora das condições externas contribuíram para a estabilização da economia brasileira em 1994, pois havia liquidez internacional e elevado patamar de reservas. Apesar da melhora no patamar inflacionário, o desequilíbrio externo era crescente e estava sendo gestada uma séria crise cambial. O elevado número de importações combinado com um desempenho baixo das exportações piorou a situação da Balança Comercial brasileira. Faltando poucas semanas para as eleições, o governo fechou um acordo com o FMI para enfrentar os desequilíbrios.

Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2003, foram muito diferentes. Enquanto o primeiro foi marcado por política cambial rígida, dependência externa e desequilíbrio fiscal, o segundo foi marcado pelo câmbio flutuante, redução do déficit e ajuste fiscal. Porém, a reforma tributária, o desenvolvimento de um mercado de crédito e a superação da vulnerabilidade externa do Brasil ficaram para trás, algo que era esperado quando deu início o processo de estabilização da economia (CASTRO, 2011).

As eleições ocorridas em 2002 deram vitória ao candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva, que governou o país de 2003 até 2010. “[...] em termos político-ideológicos, representou a ascensão da esquerda ao poder, através do Partido dos Trabalhadores (PT). [...] o novo governo parecia encarnar uma mensagem de transformação [...]” (GIAMBIAGI, 2011, pg. 197). Logo no primeiro ano de governo, Lula enfrentou uma crise de desconfiança em relação às políticas que o seu governo tomaria. Porém, a nomeação de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central, o anúncio das metas de inflação para os anos de 2003 e 2004 e a elevação da taxa básica de juros brasileira, mostraram ao mundo que, como muitos partidos de esquerda de diversos países, as políticas adotadas eram baseadas na austeridade fiscal e na estabilidade de preços.

A renovação do acordo com o FMI em 2003 mostrou o caminho que seguiria Lula em seu primeiro mandato como presidente da República. Porém, mesmo dispondo de crédito oferecido pela instituição monetária internacional, o governo decidiu não fazer uso desses recursos, a fim de prevenir possíveis crises. Mesmo assim, por conta da desvalorização da taxa de câmbio adotada, o índice de inflação disparou nos primeiros meses de 2003, chegando a 17%

em maio. Ao longo de 2003, a política austera adotada pelo governo contribuiu para que o nível inflacionário fosse contido, mas o desempenho do PIB ficou comprometido devido à alta da taxa de juros.

Seis fatores ajudaram na mudança de papel do Brasil na economia internacional: o crescimento da China perante o mundo; o interesse por parte das economias emergentes por produtos brasileiros; a exploração do etanol; o pré-sal; os efeitos da crise de 2009, que foram baixos; a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas em 2016 (GIAMGIAGI, 2011). A China era grande importador de produtos brasileiros, representando 15% das exportações brasileiras, fazendo com o que dinamismo da economia chinesa sobre o Brasil se tornassem maiores com o passar do tempo, sendo capazes de influenciar variáveis relevantes da economia brasileira. Com a ascensão de vários países asiáticos e o crescente interesse por produtos brasileiros por parte desses países, o Brasil assumiu um novo lugar no mercado mundial, o de fornecedor-chave. Não somente as commodities faziam parte da pauta exportadora, como também papel e celulose, e carnes, setores em que o Brasil assumiu o papel de líder mundial.

Os efeitos da crise de 2009 na economia brasileira foram benéficos sobre nossa imagem externa. Embora tenha sofrido uma recessão pela queda das fontes de crédito internacional, diferentemente do que ocorrera em crises passadas, o Brasil não sofreu com aceleração inflacionária e crise no Balanço de Pagamentos, nem com a queda nos níveis de consumo e emprego. “Esse conjunto de elementos objetivos, potencializados por uma eficiente propaganda oficial e por uma intensa diplomacia presidencial associada à figura de Lula, promoveram uma nova imagem do Brasil no exterior” (GIAMBIAGI, 2011, pg. 229).

2.2 A ÍNDIA PÓS-INDEPENDÊNCIA

A Índia passou da condição de colônia britânica para país independente no ano de 1947, e sua economia moveu-se lentamente ao longo de três décadas devido a sua economia protecionista. As políticas adotadas no período pós-independência não obtiveram sucesso em acelerar a economia e gerar mudanças nas condições de vida da população devido ao primeiro Plano Quinquenal, iniciado em 1951, “[...] argumentou contra o ensino regular no nível elementar, privilegiando em vez disso o chamado sistema de ‘educação básica’, construído com base na ideia [...] que as crianças devem aprender através de ofícios manuais autofinanciados” (DRÈZE; SEN, 2015, pg. 39).

Os Planos Quinquenais foram introduzidos a partir a Comissão de Planejamento, criada em março de 1950, através de uma resolução do Governo da Índia. De acordo com o documento disponibilizado pelo governo indiano, a Comissão de Planejamento (2015) irá:

1. fazer uma avaliação do material, o capital e os recursos humanos do país, incluindo pessoal técnico, e investigar as possibilidades de aumentar tais destes recursos que são considerados insuficientes em relação às necessidades do país;
2. formular um plano para a utilização mais eficaz e equilibrada dos recursos do país;
3. sobre a determinação de prioridades, definir as fases em que o Plano deve ser realizado e propor a alocação de recursos para a devida conclusão de cada fase;
4. indicar os fatores que tendem a retardar o desenvolvimento econômico, e determinar as condições que, tendo em conta a situação social e política atual, devem ser estabelecidos para a execução bem sucedida do Plano;
5. determinar a natureza do mecanismo que será necessária para garantir a aplicação bem sucedida de cada fase do plano em todos os seus aspectos;
6. Analisar de vez em quando os progressos alcançados na execução de cada etapa do Plano e recomendar os ajustes de políticas e medidas que tal avaliação pode mostrar-se necessária; e
7. fazer as recomendações provisórias ou acessórias que considerar-se adequado tanto para facilitar o desempenho das funções que lhe são atribuídas; ou, na consideração das condições econômicas prevaescentes, políticas atuais, medidas e programas de desenvolvimento; ou em um exame dos problemas específicos que possam ser submetidos para o conselho dos governos centrais ou estaduais.⁷

A Índia pós-independente possuía uma estrutura ocupacional desequilibrada, onde 68% da população possuía emprego na agricultura contra 14% na indústria, 8% no comércio e transportes, e 10% em serviços (NASSIF, 2006). Porém, mesmo com metade da população envolvida com a agricultura, a Índia não era auto-suficiente em alimentos e matéria-prima para as indústrias. “Em 1948, [...] o Congresso aprova a criação de planos de desenvolvimento, um pouco mais tarde consubstanciados nos conhecidos Planos Quinquenais” (NASSIF, 2006, pg. 17). Logo, o primeiro Plano Quinquenal identificava a necessidade de direcionar empregos para a área industrial a fim de tratar os problemas de pobreza em massa e desemprego de forma eficaz (Planning Commission, 2015). Para alcançar o objetivo exposto acima, o governo indiano identificou a necessidade de incrementar os investimentos em equipamentos produtivos

⁷ 1 make an assessment of the material, capital and human resources of the country, including technical personnel, and investigate the possibilities of augmenting such of these resources as are found to be deficient in relation to the nation's requirements;

2 formulate a Plan for the most effective and balanced utilisation of the country's resources;

3 on a determination of priorities, define the stages in which the Plan should be carried out and propose the allocation of resources for the due completion of each stage;

4 indicate the factors which are tending to retard economic development, and determine the conditions which, in view of the current social and political situation, should be established for the successful execution of the Plan;

5 determine the nature of the machinery which will be necessary for securing the successful implementation of each stage of the Plan in all its aspects;

6 appraise from time to time the progress achieved in the execution of each stage of the Plan and recommend the adjustments of policy and measures that such appraisal may show to be necessary; and

7 make such interim or ancillary recommendations as appear to it to be appropriate either for facilitating the discharge of the duties assigned to it; or, on a consideration of the prevailing economic conditions, current policies, measures and development programmes; or on an examination of such specific problems as may be referred to it for advice by Central or State Governments.

e também em educação profissionalizante, com a finalidade de diminuir o desemprego da época.

Outro ponto importante do primeiro Plano Quinquenal é a relação entre empresas públicas e privadas, onde a “iniciativa privada deve ter uma finalidade pública e não existe tal coisa sob as condições atuais, como empresa privada completamente livre e não regulamentada”⁸ (PLANNING COMMISSION, 2015), ou seja, as funções exercidas pela iniciativa privada eram designadas pelo Estado, configurando uma política de controle estatal sobre as principais atividades econômicas, “em uma economia planificada, assim, o produtor privado tem que trabalhar, em essência, como um agente para a utilização economicamente e para o melhor proveito da comunidade os recursos produzidos”⁹ (PLANNING COMMISSION, 2015).

O segundo Plano Quinquenal foi posto em prática em abril de 1956, e tinha como um dos objetivos a continuação do processo iniciado no primeiro plano. Os setores prioritários eram os de bens de capital, mineração e metalurgia básica, bem como apoio às pequenas e médias empresas, não perdendo a característica de elevado protecionismo comercial (NASSIF, 2006). “A formulação e implementação dos 2º e 3º Planos Quinquenais viriam representar um marco na política industrial indiana, posto que as ideias ali contidas passaram a influenciar fortemente o modelo de economia fechada para o qual se orientaram as políticas de longo prazo” (NASSIF, 2006, pg. 18).

O sistema de substituição de importações indiano difere dos impostos na América Latina devido à sua origem. Enquanto o modelo latino-americano foi criado para conter graves crises do balanço de pagamentos, o modelo indiano foi uma tentativa de reproduzir o modelo soviético de economia fechada, sendo que tais mecanismos foram aplicados de forma exagerada até os anos 1980 (NASSIF, 2006). Para o alcance de um dos objetivos, que era a criação de um setor de bens de capital, a economia indiana passou a contar em sua política industrial com dois mecanismos básicos: o sistema de licenciamento industrial e o sistema de licenciamento de importações, onde o Estado interferia indiretamente nos empreendimentos produtivos e também no conteúdo importado e demais formas de relacionamento dos agentes indianos com o setor externo (NASSIF, 2006). O controle sobre as importações acontecia independentemente da qualidade e dos preços entre os produtos estrangeiros e os produtos indianos, bastava a comprovação de que o mesmo produto era produzido internamente que a importação era vetada.

⁸ “Private enterprise should have a public purpose and there is no such thing under present conditions as completely unregulated and free private enterprise”.

⁹ “In a planned economy, thus, the private producer has to work, in essence, as an agent for utilising economically and to the best advantage of the community the productive resources at his disposal”

Os financiamentos para o processo de industrialização indiano eram concedidos através de instituições financeiras públicas com o intuito de prover o investimento necessário, devido a falta de um amplo mercado de capitais. O governo indiano estatizou todo o sistema bancário, monopolizando assim o acesso das empresas privadas e públicas à poupança privada do país (NASSIF, 2006). “A nacionalização dos catorze bancos é prova da nossa determinação para trazer um maior volume de recursos na área de decisão social. Ele efetuou uma grande mudança na nossa estrutura econômica”¹⁰ (PLANNING COMMISSION, 2015). Mesmo após um período de industrialização, os números da exportação indiana ainda eram baixos e contendo produtos com baixa diversificação, boa parte em produtos intensivos em recursos naturais e têxteis.

Os investimentos realizados durante o terceiro Plano Quinquenal, foram utilizados de forma a prover a capacidade total para alcançar níveis mais elevados de produção durante os primeiros anos do quarto Plano Quinquenal, que teve início em 1969. Os setores onde as metas do terceiro Plano já estavam alcançadas eram alumínio, automóveis, máquinas têxteis, motores a diesel, entre outros. O programa industrial concebido no quarto Plano visava a correção dos desequilíbrios na estrutura industrial a fim de prover a máxima utilização da capacidade já construída. Para isso, havia necessidade de completar os investimentos realizados ainda no Plano anterior e aproveitar a vantagem interna de desenvolvimento para construir novas bases industriais, com o intuito de aumentar a capacidade existente ao nível necessário para desenvolvimentos futuros.

O quarto Plano Quinquenal propôs mudanças na política de licenciamento de importações, tendo como objetivo a melhor alocação de recursos considerados escassos. Por exemplo, “indústrias que requerem assistência marginal apenas a título de divisas para o equipamento de capital podem ser dispensadas da necessidade de garantir licenças industriais”¹¹ (PLANNING COMMISSION, 2015). Outra mudança significativa realizada pela Comissão de Reformas Administrativas foi a divisão das indústrias em três categorias: indústrias que necessitam de grande número de divisas; indústrias que necessitam de um baixo nível de divisas; e todas as outras indústrias que não precisam de divisas para financiamento da produção.

¹⁰ “The nationalisation of the fourteen big banks is evidence of our determination to bring a greater volume of resources within the area of social decision. It has effected a major change in our economic structure”.

¹¹ “industries requiring only marginal assistance by way of foreign exchange for capital equipment may be exempted from the need to secure industrial licences”.

O quinto Plano Quinquenal, com início em 1974, foi lançado num contexto de pressões inflacionárias e piora do balanço de pagamentos devido aos altos preços do petróleo e também de outros materiais importados. Os indícios de inflação tiveram início ainda durante o quarto Plano, e foi agravada pela seca severa ocorrida entre os anos de 1972 e 1973 causando a escassez de vários bens de consumo essenciais, bem como de energia, levando à estagnação da capacidade produtiva indiana (PLANNING COMMISSION, 2015). O segundo choque do petróleo ocorrido em 1973 e o aumento dos preços dos cereais, máquinas e equipamentos, em conjunto com a situação econômica internacional desfavorável, agravou a situação do balanço de pagamentos da Índia. Sendo assim, o primeiro ano do Plano Quinquenal foi projetado para conter o processo inflacionário e aumentar a produção de setores considerados chave no momento. Devido ao problema financeiro enfrentado pela Índia, o quinto Plano Quinquenal foi modesto em termos de crescimento (PLANNING COMMISSION, 2015).

O sexto Plano Quinquenal teve início em 1980 e tinha como um dos objetivos a redução da pobreza. Porém, como citado no documento da Planning Commission (2015),

Deve-se reconhecer que o Sexto Plano está sendo lançado sob condições difíceis. Estes incluem as pressões inflacionárias agudas que têm prevalecido desde março de 1979, um retrocesso no funcionamento desses setores críticos como energia, carvão, estradas de ferro e aço e aumento acentuado no preço dos produtos petrolíferos, resultando em uma crescente deterioração dos termos de troca e da balança de pagamentos.¹²

A estratégia do Plano era promover o fortalecimento da infra-estrutura industrial e da agricultura ao mesmo tempo, a fim de gerar crescimento da produção e das exportações, e fornecer, através de programas específicos, aumento da oportunidade de emprego, especialmente nas áreas rurais, e satisfazer as necessidades básicas da população. Porém, como é sabido, o problema da pobreza é melhor combatido quando há o crescimento da economia, então é necessária alocação de recursos para programas específicos que visam atacar o problema.

O sétimo Plano Quinquenal, lançado em 1985, visava dar ênfase às políticas e programas que acelerassem a produção de grãos, bem como a produtividade da economia, a fim de gerar emprego produtivo nas áreas rurais através melhoria da infra-estrutura rural como instalações de irrigação, extensão de novas tecnologias, entre outros, visando reduzir a pobreza e melhorar

¹² It should be recognised that the Sixth Plan is being launched under difficult conditions. These include the acute inflationary pressures which have prevailed since March 1979, a set-back in the functioning of such critical sectors as power, coal, railways and steel and the steep rise in the price of petroleum products resulting in an increasing deterioration in the nation's terms of trade and the balance of payments.

a qualidade de vida da população em aldeias e vilas (PLANNING COMMISSION, 2015). Essa fase do plano necessitava de incremento na capacidade tecnológica nacional, bem como acesso à tecnologias estrangeiras. Para sustentar o crescimento da época, em torno de 5%, o uso de combinações de investimentos públicos e privados, com ênfase no incremento da capacidade adicional das indústrias, deixando para depois investimentos onde a maturação fosse realizada apenas após o sétimo Plano.

A Índia passou pelo segundo choque do petróleo e pela turbulenta situação econômica internacional com o ritmo de crescimento e investimento reais bons, apresentando crescimento de 5,2% no PIB, queda nas importações e melhoria da posição de pagamentos externos. Sendo assim, a projeção para o sétimo Plano era de crescimento no nível das exportações, obtidas através de estimativas da disponibilidade de diferentes mercadorias, como produtos químicos e jóias, e grupos de commodities (PLANNING COMMISSION, 2015). As políticas adotadas tinha como objetivo promover o desenvolvimento de áreas como agricultura, energia, planejamento familiar e assim por diante. Na área fiscal, era necessário reduzir as despesas dos governos central e estadual (PLANNING COMMISSION, 2015).

O oitavo Plano Quinquenal, iniciado em 1992, herdou uma situação fiscal e cambial difíceis, gerando restrições drásticas de importações, altas taxas de inflação e recessão industrial. “O oitavo plano terá, assim, que reorientar alguns dos paradigmas de desenvolvimento, uma vez que seu objetivo é estabelecer uma base sólida para um crescimento mais elevado e para alcançar as metas mais significativas”¹³ (PLANNING COMMISSION, 2015). O lançamento deste plano marcou a virada de orientação da economia indiana, onde a comissão de planejamento tinha que analisar as tendências com base nas outras economias, sendo necessário o lançamento de novas práticas, à luz da experiência adquirida pela economia indiana e também pelas economias internacionais. Sendo assim, houve a integração da economia indiana ao mercado global com orientação exportadora, reformas econômicas estruturais como liberalização comercial, desregulamentação industrial, abertura gradual aos investimentos externos, entre outras. A reforma tributária que ocorreu nesse mesmo período possibilitou a redução dos custos de produção industriais.

A nova política industrial eliminou “os monopólios estatais em diversos setores essenciais e da aprovação automática de investimentos estrangeiros diretos até o limite de 51% do total das ações com direito a voto” (NASSIF, 2006, pg. 41). O sistema de licenciamento industrial

¹³ The Eighth Plan will thus have to reorient some of the development paradigms, since its objective is to lay a sound foundation for higher growth and to achieve the most significant goals.

só não foi eliminado para indústrias associadas a saúde pública, segurança e controle do meio ambiente, sendo extinto para todos os outros setores da economia. O licenciamento de importações continuou apenas para uma lista negativa de produtos, como produtos agrícolas. Embora não tenha ocorrido a privatização de empresas estatais, como o corrido no Brasil, houve a abertura de concorrência entre empresas privadas e empresas públicas, quebrando então o monopólio estatal.

O nono Plano Quinquenal foi lançado no ano de aniversário de 50 anos da independência indiana, em 1997, e teve como prioridade o desenvolvimento rural, a aceleração da taxa de crescimento da economia com estabilidade de preços, promoção e desenvolvimento de cooperativas, entre outros. Na área agrícola, a ênfase será em promover o crescimento de pequenos camponeses através de sistemas agrícolas sustentáveis, com o objetivo de reduzir a pobreza e gerar empregos, alcançando assim uma taxa de crescimento desse setor de 4,5% a.a. Na área industrial, a taxa de crescimento visada do setor é de 8,5% a.a., com crescimento das exportações em torno de 11,8% a.a., sendo de vital importância o investimento na melhoria da qualidade de infra-estrutura e criar condições para que as indústrias capazes de produzir produtos a preços internacionalmente competitivos tenham incentivo para tal. Na área de Ciência e Tecnologia, houve a necessidade de priorizar esse setor a fim de melhorar o desempenho na geração de tecnologia para manter uma vantagem tecnológica competitiva (PLANNING COMMISSION, 2015).

O penúltimo plano a ser abordado por este trabalho é o décimo Plano Quinquenal, que teve início no ano de 2002. As metas a serem alcançadas nesse Plano eram o fornecimento de emprego remunerado de qualidade, redução da taxa de crescimento da população, redução da taxa de mortalidade infantil, acesso à água potável em praticamente todas as aldeias e limpeza dos principais rios poluídos (PLANNING COMMISSION, 2015). Como é possível observar, houve uma mudança de foco do desenvolvimento industrial para a melhoria da qualidade de vida da população, passando assim para uma abordagem social mais aprofundada.

No tocante à política externa, havia uma preocupação referente à economia norte-americana por ser um dos principais parceiros comerciais da Índia, sendo necessário o monitoramento da economia dos Estados Unidos. O décimo Plano apresentou também a necessidade de mudar a estratégia de negociação com a OMC, passando de defensiva para positiva, pois é preciso haver maior integração com a economia internacional para que haja crescimento e desenvolvimento rápidos (PLANNING COMMISSION, 2015). Sendo assim, a mudança de política industrial a ser adotada tornara-se indispensável para alcançar os objetivos traçados pelo Plano em relação à integração internacional da Índia.

Finalmente, o décimo primeiro Plano Quinquenal iniciou em 2007, com o objetivo de crescimento em torno de 9% a.a., através da adoção de 26 metas controláveis relativas à pobreza, educação, saúde e infra-estrutura (PLANNING COMMISSION, 2015). Havia também preocupação com a situação econômica mundial da época, causada pela crise americana, que reduzia a capacidade de importar dos outros países. Mesmo a Índia sendo uma economia consideravelmente exportadora, o impacto da crise foi sentida em menor escala. Porém, o aumento dos preços do petróleo afetaram a economia indiana diretamente, através do aumento das contas de importação. A estratégia adotada para obter o crescimento pretendido incluía a continuação das políticas industriais adotadas nos planos anteriores, crescimento na agricultura e promover o acesso à serviços essenciais como educação e saúde (PLANNING COMMISSION, 2015).

3. ANÁLISE DE DADOS BRASIL X ÍNDIA: DE 1950 A 2010

Este capítulo abordará a trajetória do Produto Interno Bruto (PIB), do PIB per capita e do IDH das economias indiana e brasileira entre os anos de 1950 e 2010. Para isso, houve a coleta e o tratamento dos dados, transformando-os em número índice com base cem para melhor análise dos dados. O Produto Interno Bruto é a medida do valor de bens e serviços produzidos pelo país e tem como objetivo medir a atividade econômica de uma região.

3.1 O PRODUTO INTERNO BRUTO: 1950 A 2010

A trajetória da economia brasileira foi turbulenta durante parte do período abordado por este trabalho, havendo melhora entre os anos de 1960-70, anos em que o Brasil vivia a ditadura militar, devido ao chamado Milagre Econômico. Porém, o baixo crescimento do PIB se deve aos limites estruturais e prolongada instabilidade monetária e recessão, índices de inflação altíssimos e elevada dívida pública (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009). Diferentemente dos anos 1980, considerada a década perdida devido ao baixíssimo crescimento da economia, o Brasil adentra os anos 1990 com maiores perspectivas de crescimento devido à implementação de reformas liberalizantes da economia, como as privatizações e a redução do papel do Estado, e também pela estabilização inflacionária alcançada através da criação do Plano Real.

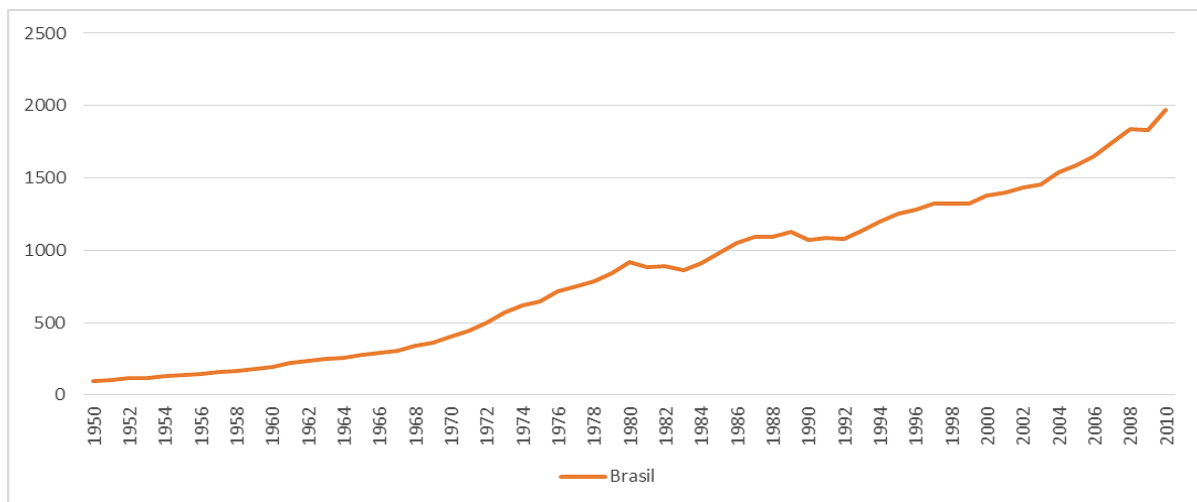
Mesmo com a estabilização em termos inflacionários, a economia brasileira não alcançou os níveis de crescimento econômico esperados, pois a política de juros elevados dificultava a obtenção de crédito por parte das empresas, e, aliada à concorrência desleal com os produtos importados, ocasionou a quebra de diversas empresas nacionais, levando ao aumento do nível de desemprego no país. Mesmo com a liberalização financeira com o propósito de atrair capital estrangeiro, esta não resolveu o problema de financiamento a longo prazo, pois o capital estrangeiro entrante no país era de curto prazo, apenas com o propósito de ganhos rápidos e elevados (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009).

Outro fator que explica o baixo crescimento econômico é a redução do papel do Estado através das privatizações, pois o governo “[...] deixou de atuar diretamente no desenvolvimento do setor produtivo, no fornecimento de infraestrutura e na criação de mecanismos de financiamento de setores específicos, como fez no período de maior crescimento [...]” (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009, pg. 90), bem como a preocupação naquele momento era o controle inflacionário e a redução do déficit público, implicando em cortes de gastos. Com a

eleição do presidente Lula, as políticas do governo FHC foram mantidas, principalmente as taxas de juros elevadas para o combate inflacionário.

O gráfico 1 evidencia a evolução do PIB brasileiro, em dólares de 2005, entre os anos de 1950 e 2010, onde é possível observar o impacto das políticas adotadas, já mencionadas acima, na economia brasileira.

Gráfico 1 - Evolução PIB brasileiro 1950-2010



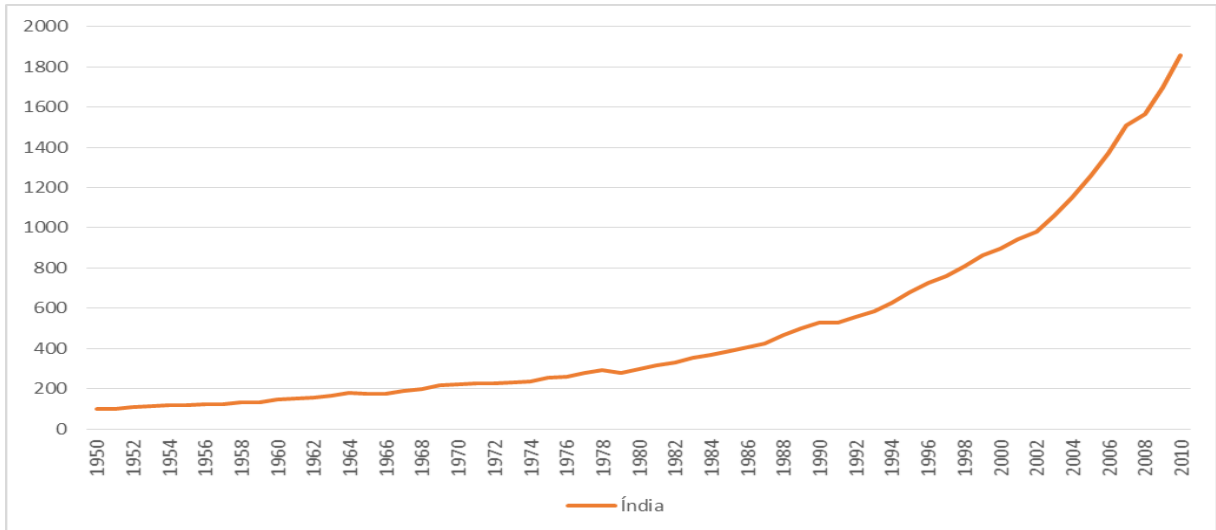
Fonte: Elaboração própria com base em Penn World Table 8.1, 2015

A trajetória da economia indiana ao longo dos anos analisados foi modesta, e deve-se ao grau de fechamento da economia durante os anos de substituição de importações, sendo estas baseadas no modelo soviético de economia fechada. O regime de licenciamento industrial juntamente com o regime de licenciamento de importações impossibilitou o crescimento da indústria nacional devido aos produtos com custos superiores aos encontrados no exterior, com baixa competitividade internacional e base exportadora pequena (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009). Porém, com a entrada de Rajiv Ghandi no governo em 1985, foram adotadas medidas de liberalização da economia, com o propósito de aumentar a competitividade externa dos produtos indianos, através da eliminação gradual dos licenciamentos industriais e de importação, redução dos direitos de monopólio do Estado e minirreforma tributária.

A adoção de políticas econômicas de curto e longo prazo como a extinção dos controles de licenciamento, desvalorizações da moeda em relação ao dólar, privatizações de empresas menos relevantes para a economia, contribuíram para o êxito econômico em relação ao índice do produto interno bruto indiano (VIEIRA; VERÍSSIMO, 2009). O destaque da Índia no setor de serviços contribui para o crescimento econômico, sendo este o responsável por mais da metade do PIB.

O gráfico 2 mostra a trajetória de crescimento do PIB indiano entre os anos de 1950 a 2010, em dólares de 2005, auxiliando no entendimento das políticas institucionais adotadas pelo governo da Índia no período em análise.

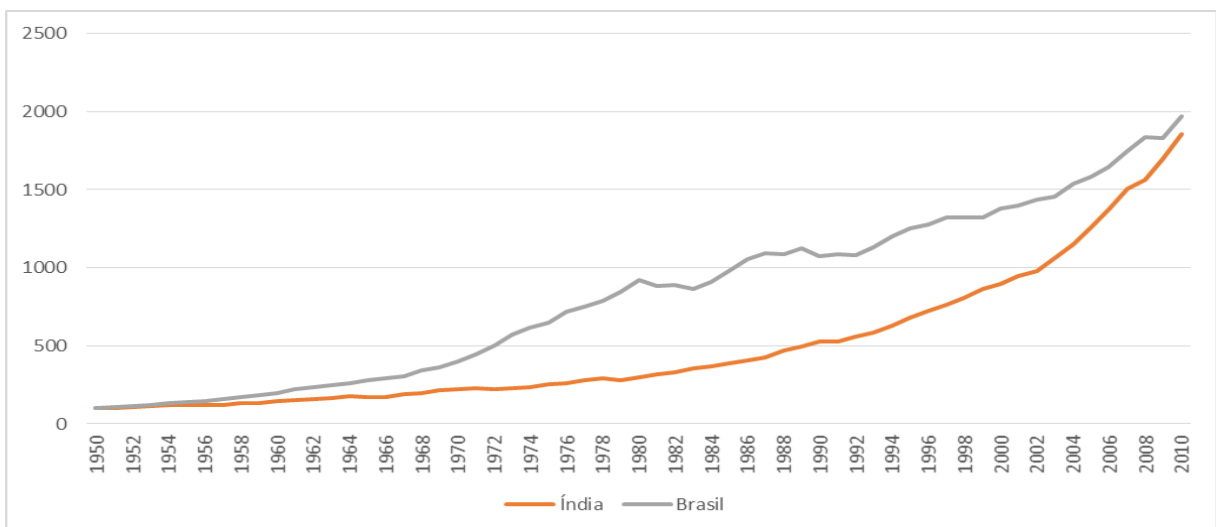
Gráfico 2 - Evolução PIB indiano 1950-2010



Fonte: Elaboração própria com base em Penn World Table 8.1, 2015

Comparando a trajetória das duas economias analisadas, é possível observar que a trajetória de crescimento brasileira é superior à indiana em termos de aceleração. Esse comportamento é evidenciado no gráfico 3.

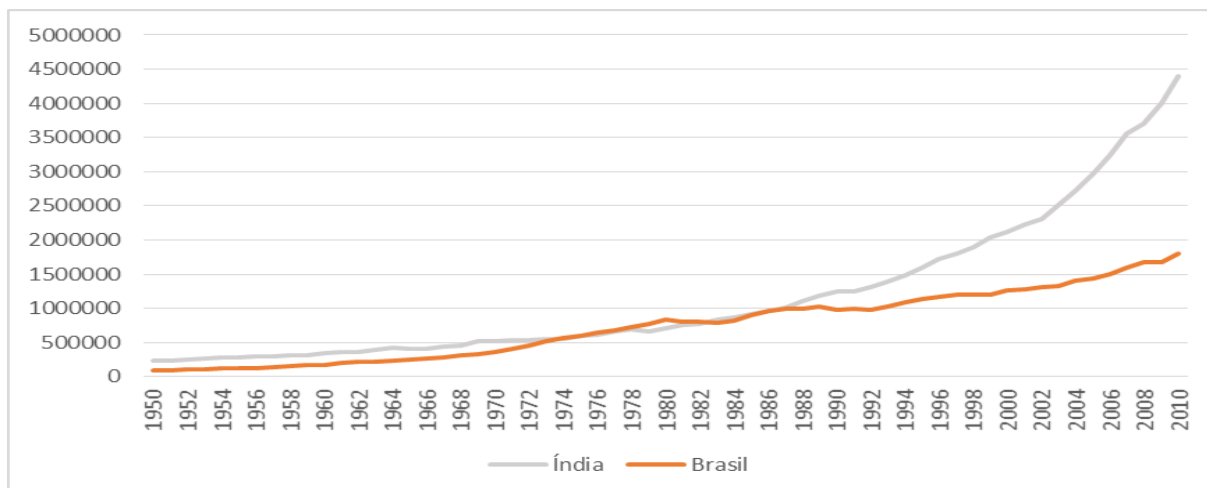
Gráfico 3 – Comparativo Brasil X Índia



Fonte: Elaboração própria com base em Penn World Table 8.1, 2015

Porém, analisando os dados brutos dos PIB brasileiro e indiano, nota-se que mesmo sendo a trajetória do PIB indiano modesta, esse valor é maior que o brasileiro, observado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Comparativo Brasil X Índia – Valores Brutos em milhões de US\$

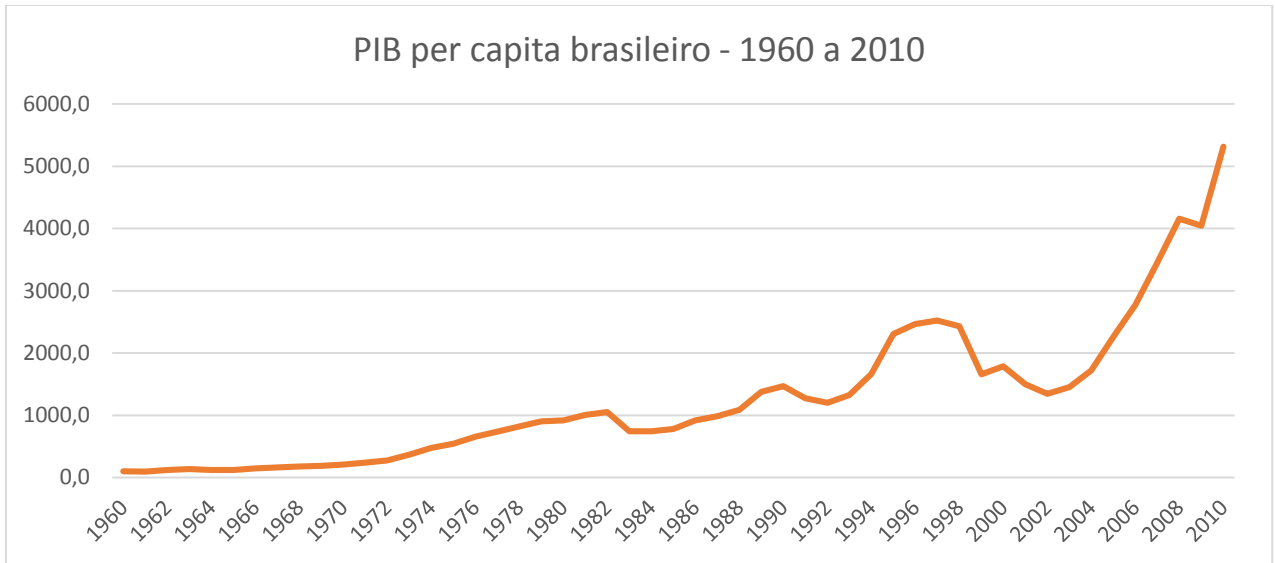


Fonte: Elaboração própria com base em Penn World Table 8.1, 2015

3.2 O PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA: 1960 A 2010

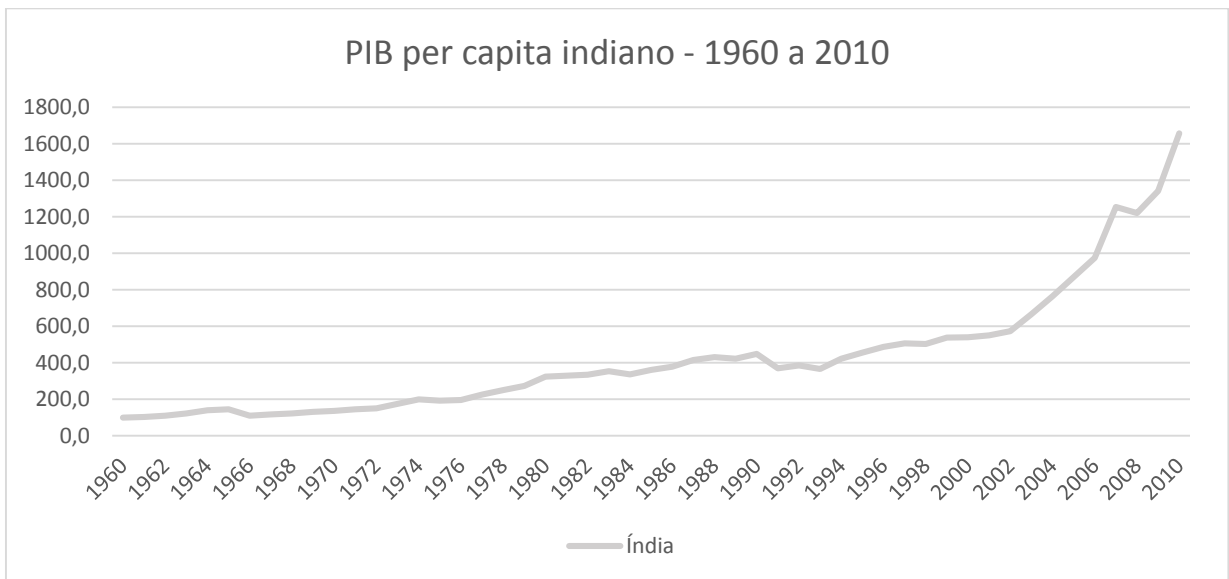
O PIB per capita mede o quanto cada residente no país contribui para a melhoria dos serviços oferecidos e também para aumento de qualidade de vida, se todos possuísem partes iguais no PIB. Embora não seja um dado definitivo, contribui para a análise da qualidade de vida da população. Nestes gráficos serão mostrados o PIB per capita de cada economia, a fim de evidenciar a evolução no desenvolvimento econômico pela ótica da população.

Gráfico 5 – Evolução PIB per capita brasileiro de 1960 a 2010 – Número Índice



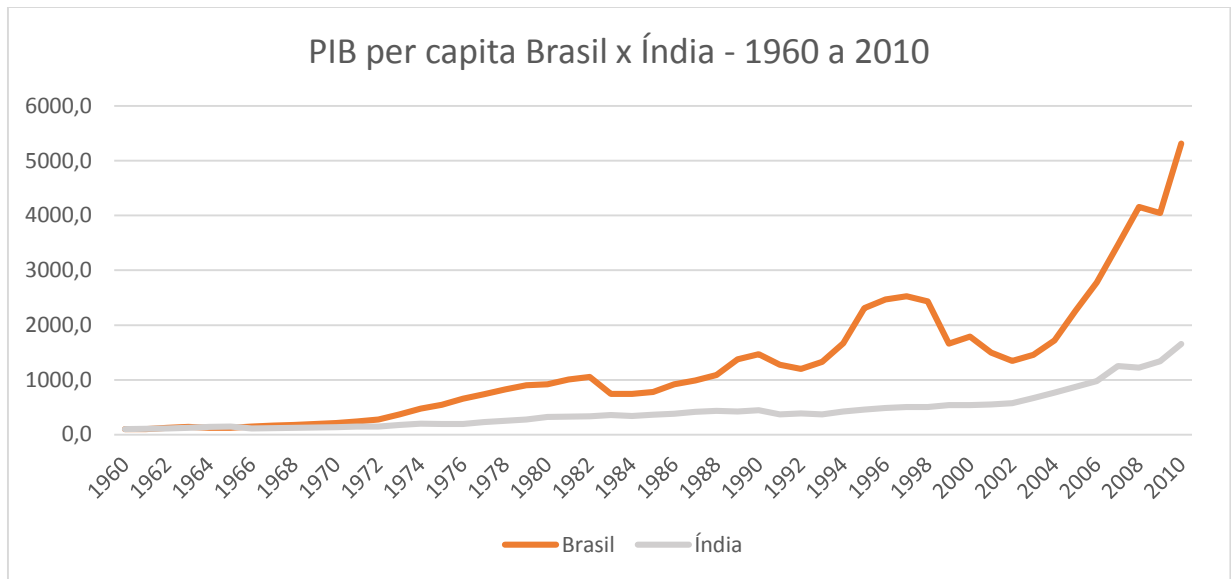
Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Gráfico 6 – Evolução PIB per capita indiano de 1960 a 2010 – Número Índice



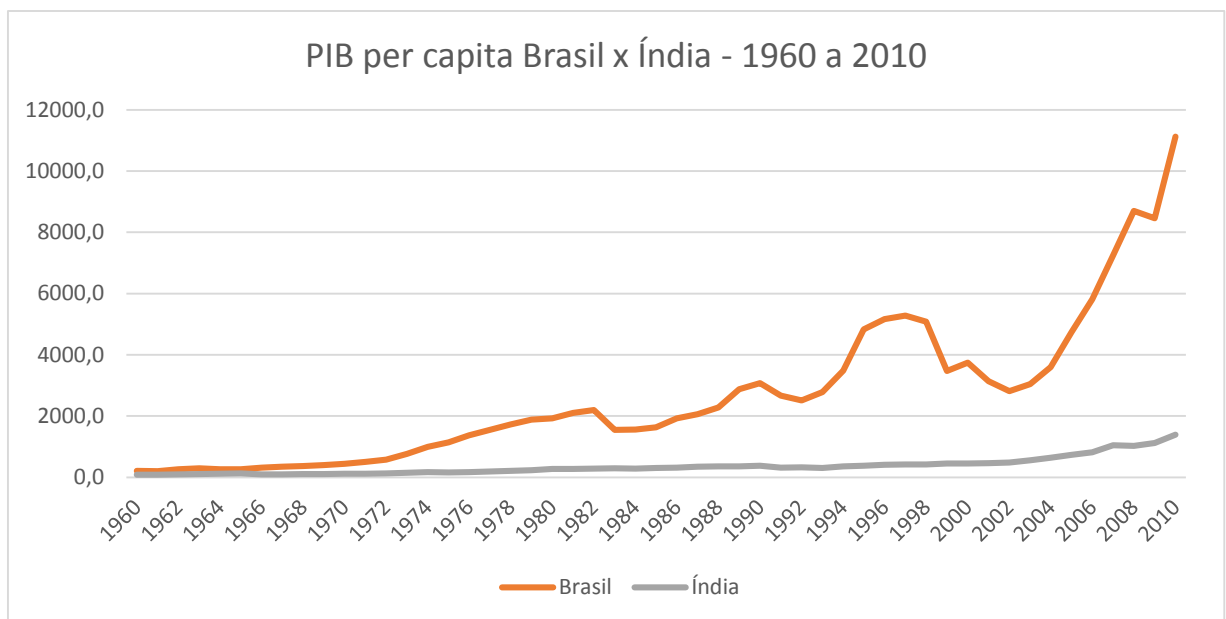
Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Gráfico 7 – Evolução PIB per capita indiano e brasileiro de 1960 a 2010 – Número Índice



Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Gráfico 8 – Comparativo Brasil x Índia 1960 a 2010 – Valores Brutos em Milhões de US\$



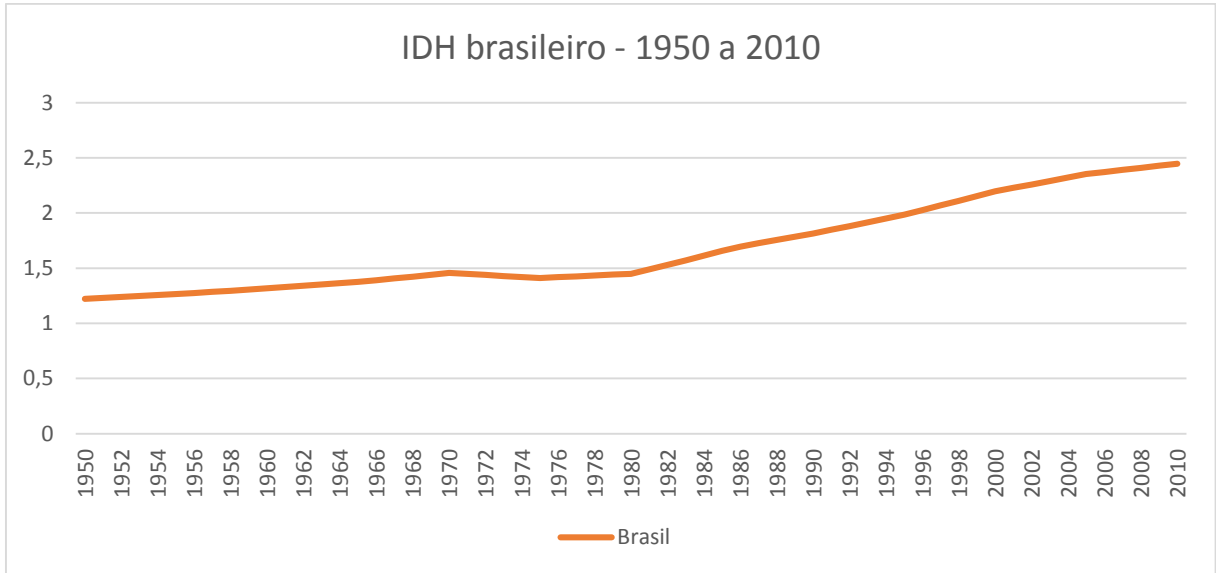
Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

3.3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: 1950 A 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que engloba três dimensões básicas de desenvolvimento humano: educação, saúde e renda. Criado com a colaboração de Amartya Sen, autor citado com frequência nesta monografia, pretende ser uma medida geral de desenvolvimento humano (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O

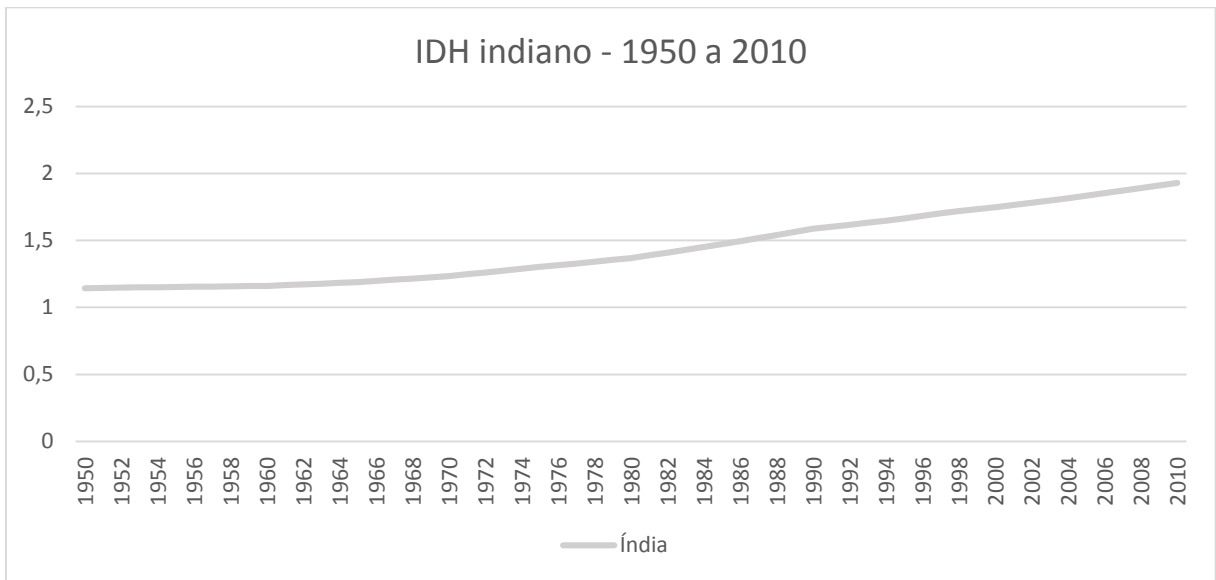
DESENVOLVIMENTO, 2015). Os próximos gráficos mostrarão o IDH brasileiro e indiano, bem como uma comparação entre os dois países.

Gráfico 9 – IDH brasileiro – 1950 a 2010



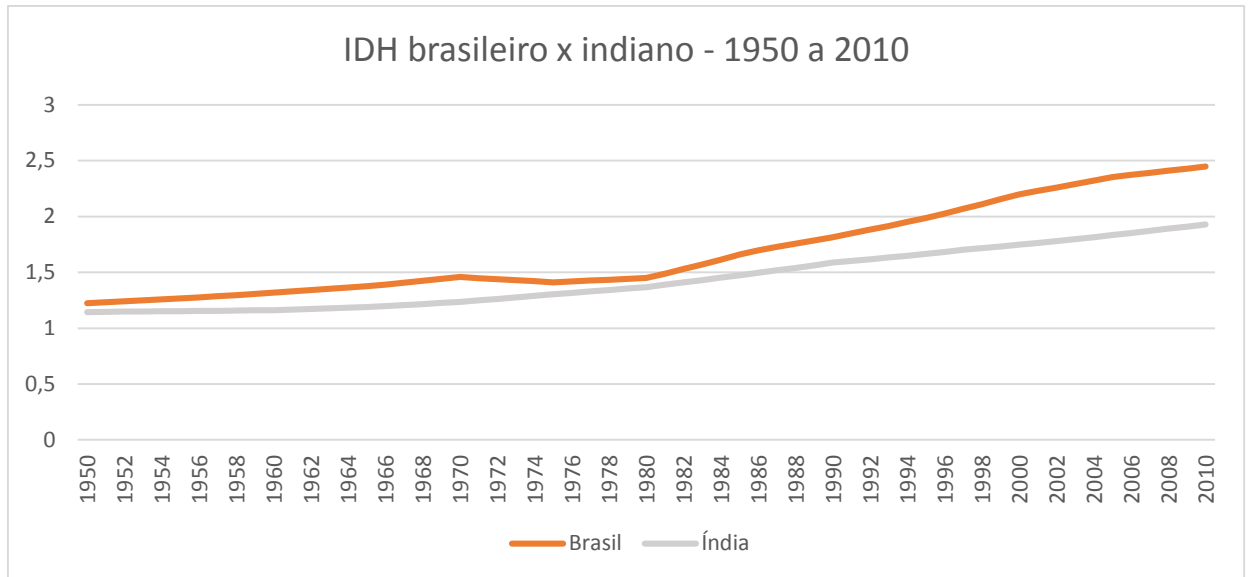
Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Gráfico 10 – IDH indiano – 1950 a 2010



Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Gráfico 11 – Comparativo de IDH Brasil x Índia – 1950 a 2010



Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Portanto, ao analisar os dados, é possível perceber que as medidas adotadas pelo governo influenciam diretamente na trajetória econômica do país, como foi colocado no caso indiano. O fato de ser um governo voltado para dentro, com pouca interação na economia internacional, contribuiu para que o crescimento do PIB obtivesse uma trajetória modesta. No gráfico 4, a curva indiana apresenta expressiva inclinação para cima a partir do final da década de 1980, quando os ajustes nas políticas institucionais tiveram início. Já a economia brasileira, na tentativa de controlar a inflação com aumento da taxa de juros, congelamento de preços, e diversos Planos que não obtiveram sucesso, atrasaram o crescimento do indicador econômico do Brasil.

Porém, os dados sobre o PIB per capita e IDH mostram uma trajetória diferente em relação ao desenvolvimento da economia. Mesmo com quedas bruscas no crescimento do PIB per capita, o Brasil possui números maiores em termos de índice e também de valores brutos, em milhões de dólares. Como consequência, o IDH brasileiro ultrapassa o indiano durante todos os anos analisados, contribuindo para a conclusão de que crescimento e desenvolvimento econômico são conceitos diferentes. A Índia possui um crescimento econômico expressivo, porém falha em indicadores de desenvolvimento.

4. O DESEMPENHO COMPARADO: BRASIL X ÍNDIA

O último objetivo deste trabalho é a comparação entre as duas economias com o intuito de entender quais foram as políticas adotadas, as quais permitem que as previsões de crescimento econômico indiano atuais sejam mais promissoras que as do Brasil. Ao longo do trabalho, foi exposto que a Índia possuía uma economia voltada para dentro, com políticas baseadas na experiência soviética de substituição de importações, diferentes das políticas de mesma intenção adotadas na América Latina.

Iniciando a análise no ano de 1950, nos governos de Getúlio Vargas e Café Filho, com a disposição do governo americano de investir no programa de expansão da infraestrutura brasileira, e também a melhora nas contas da União e melhora do preço internacional do café, além da decisão de liberalizar a concessão de licenças de importação, o PIB obteve trajetória ascendente porém modesta entre os anos de 1950 a 1955. Enquanto na Índia, o PIB manteve-se no mesmo patamar de crescimento durante os anos 1950 a 1955, devido à recém condição de nação independente, sendo o primeiro Plano Quinquenal ainda pouco focado em industrialização e bem-estar social.

Em 1956, assume a presidência da República Juscelino Kubitschek (JK), que proporcionou a transformação da estrutura produtiva brasileira e da crescente urbanização da população do país. O Plano de Metas do governo JK aprofundou o processo de substituição de importações através dos investimentos em infraestrutura básica, como energia e transportes, e também no setor manufatureiro. O sucesso do Plano de Metas de JK proporcionou ao PIB um crescimento de 7,7% em 1957, de 10,8% em 1958, de 9,8% em 1959, de 9,4% em 1960, e de 8,6% em 1961, ano que assumiu o presidente Jânio Quadros, mas os investimentos realizados no período anterior ainda surtiam efeito (VILLELA, 2011). Porém, esse crescimento perdeu força entre os anos de 1962 e 1964 devido à forte desaceleração da atividade econômica, causada pelas medidas contracionistas do Plano Trienal. Na Índia, o ano de 1956 marcou a implementação do segundo Plano Quinquenal, onde o processo de substituição de importação foi intensificado através dos sistemas de licenciamento industrial e de importações, contribuindo para a mudança da estrutura econômica indiana. Sendo assim, o PIB continuou com o crescimento estabilizado.

O Golpe Militar de 1964 impôs ao Brasil longos anos de regime militar, com políticas de contenção da situação brasileira de estagnação da atividade econômica, acompanhada de quadro inflacionário grave, impactando negativamente no PIB, que cresceu apenas 0,6% em 1963 (HERMANN, 2011). Em 1964-65, o crescimento do indicador econômico foi de 2,9% ao ano,

continuando sua trajetória modesta porém melhor que no começo do regime. Em seguida, os anos conhecidos como Milagre Econômico, que datam de 1968 a 1973, apresentaram trajetória de crescimento ascendente, crescendo a uma taxa média de 11% ao ano, retomando e completando o processo iniciado no Plano de Metas de difusão da produção e consumo de bens duráveis (HERMANN, 2011). A reforma financeira ministrada por Delfin Netto facilitou a expansão do crédito ao consumidor, o que contribuiu para a expansão da atividade econômica a partir de 1968. A melhora do crescimento do PIB brasileiro contribuiu para entrada de capital no país através de investimento externo direto e também de empréstimos em moeda.

O quarto Plano Quinquenal indiano afrouxou a necessidade de licenças de importação com o objetivo de alocar melhor os recursos escassos, houve também a divisão das indústrias em três categorias, sendo uma delas as indústrias que necessitam de grande número de divisas, facilitando assim o crescimento da atividade econômica indiana, tendo o PIB um crescimento de 6,4% contra 3,39% no período anterior (BANCO MUNDIAL, 2015).

O período seguinte compreende a década de 1974 a 1984, e marca o fim do regime militar brasileiro, com o esgotamento do modelo de substituição de importações iniciado com o Plano de Metas do governo JK. O crescimento visto no Milagre Econômico foi facilitado pela capacidade ociosa existente na época, devido aos investimentos realizados nos anos 1950. O II PNB previa mudanças estruturais profundas e planejava crescimento do PIB da ordem de 10% ao ano entre os anos de 1974 a 1978, o que se concretizou após a implementação dos investimentos públicos previstos no plano. No biênio 1979-80, o crescimento do PIB obteve desaceleração uma desaceleração, crescendo 8% ao ano (HERMANN, 2011). De 1981 a 1983, o país passou por um período de recessão, com políticas de cunho restritivo, perda de reservas internacionais, o que acarretou no encolhimento do PIB de 2,2% ao ano. O aumento da carga tributária juntamente com o drástico corte dos investimentos públicos contribuíram para queda da taxa de investimento da economia brasileira. Porém, em 1984, com a presença de superávits explicados pela variação das exportações e importações, deu-se início a recuperação da economia, com um crescimento do PIB de 5,4% (HERMANN, 2011).

Em 1974, teve início o quinto Plano Quinquenal, num contexto de pressões inflacionárias e piora do balanço de pagamentos devido ao primeiro choque do petróleo, e também ao aumento de outros produtos importados, impactando negativamente no crescimento do PIB indiano, que obteve crescimento de apenas 1,19%. O impacto do aumento do preço do petróleo se estendeu até o início do sexto Plano Quinquenal, onde o foco fortalecer a infraestrutura industrial indiana, afim de gerar crescimento da produção e também das exportações. Sendo assim, com as políticas adotadas para o crescimento industrial, o PIB da Índia voltou a crescer,

experimentando o crescimento de 6,74% em 1980, de 6,01% em 1981, de 3,48% em 1982 e de 7,29% em 1983 (BANCO MUNDIAL, 2015).

O crescimento médio do PIB brasileiro entre os anos de 1985 e 1989 atingiu 4,3%, porém os componentes do nível de atividade que proporcionaram o crescimento variaram bastante, de acordo com o plano vigente da época. Durante o Plano Cruzado (1986), a indústria liderou o crescimento do PIB em 12%, através da expansão dos bens de consumo duráveis, sendo a produção voltada para o consumo interno. Em seguida, durante o Plano Bresser (1987), a expansão agropecuária contribuiu para o crescimento positivo do PIB, juntamente com o aumento das exportações (CASTRO, 2011). De 1990 a 1994, o crescimento do PIB teve crescimento médio anual de 1,3%, muito baixo em relação aos anos anteriores, devido ao conturbado quadro político com a renúncia do presidente Fernando Collor. Os planos realizados durante o período, Collor I e Collor II, não atingiram os objetivos de estabilidade de preços pretendidos, sendo atropelados principalmente pelo acontecimento político da época (CASTRO, 2011).

Em 1985, a Índia colocou em prática o sétimo Plano Quinquenal, que dava ênfase à políticas e programas que acelerassem a produtividade da economia, com vistas à melhoria do bem estar da população. O crescimento da época era de 5% ao ano, em média, e foi sustentado através da combinação de investimentos públicos e privados afim de incrementar a capacidade adicional das indústrias. Os efeitos do segundo choque do petróleo ocorrido em 1979 e a situação internacional complicada da época não influenciaram no crescimento do PIB indiano, que continuou com a taxa de crescimento em 5,2% (NASSIF, 2006). As políticas adotadas nesse período visavam o desenvolvimento agrícola e também reduzir as despesas dos governos central e estadual (PLANNING COMMISSION, 2015).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) governou o país de 1995 até 2002, compreendendo então dois mandatos. A economia brasileira da época passava por um período de estabilização, com o lançamento do Plano Real, que mudou a moeda brasileira para o Real, uma série de privatizações de empresas públicas, transferindo empresas deficitárias com níveis inadequados de investimento para o setor privado, e a criação do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária. O impacto da mudança de políticas fiscal e monetária no PIB foi significativo, mantendo uma média de crescimento de 2,1%, baixo se for comparado com o crescimento do início da década (GIAMBIAGI, 2011).

A partir da década de 1990, a Índia passou a ter uma taxa de crescimento do PIB acima da brasileira, em média 6% ao ano (BANCO MUNDIAL, 2011), tendo como base as políticas de promoção do desenvolvimento industrial através de investimentos para que os produtos

indianos possuísem condições de competição internacional, com prioridade no setor de Ciência e Tecnologia, afim de melhorar a vantagem tecnológica competitiva frente à outros países já avançados nesse setor (NASSIF, 2006). Essas políticas fizeram parte do nono Plano Quinquenal, lançado em 1997, ano de aniversário de 50 anos da independência indiana.

O governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva, 2003-2010, iniciou com muitas dúvidas em relação às políticas que seriam adotadas pela sua equipe econômica. Sendo assim, a taxa de crescimento do PIB em 2003 foi de apenas 1,15%, contrastando com os 4,31% do início da década (BANCO MUNDIAL, 2015). Porém, o compromisso do novo governo com as reformas estruturais iniciadas no governo anterior juntamente com a boa posição do país internacionalmente contribuíram para a elevação da taxa de crescimento do PIB brasileiro no ano de 2004, passando para 5,71%. A média entre os anos 2003-2006 foi de 3,5% ao ano, entre os anos de 2007-2010 foi de 4,5% ao ano, e o acumulado total, entre os anos 2003-2010, foi de 4,0% ao ano (GIAMBIAGI, 2011). O Brasil passou pela crise de 2008 com queda na taxa de crescimento do PIB, sentida mais intensamente em 2009, quando a taxa foi de -0,64% (BANCO MUNDIAL, 2015).

No mesmo período, a Índia apresentava uma taxa de crescimento do PIB comparativamente superior ao do Brasil, apresentando 8,37% em 2003, 8,28% em 2004, 9,32% em 2005, 9,27% em 2006, 9,82% em 2007, apresentou leve queda em 2008, passando para 4,93%, porém com grande recuperação em 2009 e 2010, apresentando taxas de 9,1% e 9,72%, respectivamente (BANCO MUNDIAL, 2015). Mesmo a Índia tendo como cliente exportador os Estados Unidos, a crise foi pouco sentida pelo país devido à continuação das políticas industriais adotadas nos últimos Planos Quinquenais, apresentados anteriormente (NASSIF, 2006).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia descreveu o processo de desenvolvimento dos países pertencentes ao BRICS, Brasil e Índia, entre os anos de 1945 a 2010, através do relato sobre o contexto histórico de ambas as economias e comparação entre indicadores econômicos, para, finalmente, analisar quais as diferenças nas políticas adotadas entre os dois países a fim de responder à pergunta de pesquisa lançada no início deste trabalho.

A descrição sobre o contexto histórico recente das economias brasileira e indiana mostrou o caminho, político e econômico, que os países seguiram entre os anos de 1945 a 2010. Uma das principais políticas adotadas pelos dois países foi a substituição de importações, através de políticas comerciais protecionistas, como licenças para importações e industriais, com fins de proteger a indústria nacional, caso indiano, e para equilibrar a conta do balanço de pagamentos, caso brasileiro (NASSIF, 2006).

A primeira tentativa de substituição de importação brasileira, ocorrida no ano de 1948, não obteve o efeito desejado, pois mesmo aliada à uma taxa de câmbio sobrevalorizada, não foi suficiente para reduzir o déficit no balanço de pagamentos. A segunda tentativa aconteceu no ano de 1961, com base nas ideias de Celso Furtado de que era preciso combater a crise econômica aprofundando o modelo de desenvolvimento vigente atualmente. Porém, diante de críticas às propostas contracionistas e também de conspirações militares contra o governo, o modelo de substituição de importações não atinge seu objetivo, e instaura-se no país a ditadura militar, em 1964. A última tentativa de substituir as importações ocorreu no ano de 1974, com o objetivo de atenuar a dependência externa ao crescimento, porém sem sucesso, devido ao alto endividamento brasileiro no exterior, aumento das taxas de juros dos EUA e com a crise do Petróleo em 1979 (VILLELA, 2011).

Na Índia, o processo de substituição de importação teve início em 1950, valendo-se de políticas protecionistas severas até 1985, ano em que ocorreram reformas no licenciamento de importação e industrial. Os Planos Quinquenais implementados a partir de 1951 representaram um marco na política industrial indiana, pois as ideias contidas neles levaram a economia da Índia para uma orientação fechada, e foram praticadas até meados de 1980 (NASSIF, 2006). Através deles, o governo indiano pôde implementar as licenças para importação e também para a indústria a fim de proteger a indústria nacional, com interferência direta do governo sobre escolha de localização, tecnologia e escala.

A trajetória do Produto Interno Bruto, PIB, brasileiro e indiano são diferentes, tanto em termos de crescimento quanto em valores absolutos. Mesmo que a economia indiana não tenha

um crescimento tão expressivo quanto a brasileira, os valores absolutos mostraram que o PIB indiano foi maior em boa parte dos anos analisados. Ambos os países sofreram redução no crescimento econômico com a crise mundial de 2008, tendo a Índia recuperado o crescimento no ano seguinte, e o Brasil sofrido os efeitos apenas no ano de 2009, recuperando posteriormente (MEYER; GAIO; PASSOS, 2014).

Uma reflexão sobre três pontos importantes para o desenvolvimento sócio-econômico de um país é necessária para responder à pergunta de pesquisa deste trabalho. O primeiro ponto são as políticas relativas à investimentos maciços e contínuos em educação e a consolidação de insituições sólidas, sendo a educação básica centralizada na esfera federal (NASSIF, 2006). Para Drèze e Sen (2015), a educação básica possui um papel de extrema importância no desenvolvimento, pois a capacidade de ler, escrever e contar é peça fundamental para compreensão do mundo e para estar em contato com a realidade. Outro ponto é a educação como fator chave no tocante à qualificação da mão-de-obra nos processos de produção, elevando a competitividade dos produtos no mercado externo e também melhorando o nível de salários.

Drèze e Sen (2015) colocam também que a educação básica desencadeia melhora no sistema de saúde pública, pois o acesso à informação é um ótimo auxílio na prevenção e controle de infecções. “[...] estudos sugerem que a formação escolar pode ter um impacto maior sobre a saúde do que a própria educação específica para a saúde. A educação escolar também tende a facilitar a implementação de medidas de saúde pública [...]” (DRÈZE; SEN, 2015, pg. 127).

A questão da educação básica brasileira é um desafio, pois a busca por melhoria na qualidade do ensino básico brasileiro vai além do campo do ingresso e da permanência do estudante na escola, é preciso pensar na qualidade social do ensino, ou seja, nas condições de vida dos alunos e suas famílias. A esfera cultural e econômica do ambiente externo à escola é de importância fundamental, o que exige mais esforço por parte de todas as instâncias de governo, direcionando os impostos para a educação, saúde e cultura na população (DOURADO, 2007).

O ensino básico no Brasil é descentralizado, ou seja, a responsabilidade é dividida entre as esferas municipal, estadual e federal, sendo que os primeiros anos escolares, pilar fundamental da educação básica como um todo, é de competência municipal e, de acordo com Cury (2002), “se estes últimos não forem capazes de sustentar suas responsabilidades, o risco é o de haver um deslocamento do público para o privado e aí reside o risco maior de uma competitividade e seletividade, de corte mercadológicas, pouco naturais aos fins da educação” (pg. 29).

O segundo ponto importante encontra-se na forma como os dois países conduzem as relações comerciais com outras economias. O processo de abertura e integração regional significa abrir mão voluntariamente de uma parcela da soberania nacional do país, pois há um processo interno em cada país que resulta num processo de definição das características desse projeto de integração comercial entre países. Essa união pode ter diversos impactos sobre os atores econômicos, como por exemplo os produtores que exportam e os que importam dos países parceiros, havendo ganhos para o primeiro e perdas para o segundo, sendo necessário algum tipo de proteção (BAUMANN; GONÇALVES, 2004).

A experiência brasileira com a política comercial até meados dos anos 1960 teve ênfase na proteção da indústria nacional contra produtos importados que ofereciam riscos à produção interna, como substituição de importações e barreiras ao comércio. A abertura teve início em 1965, com incentivos ao setor exportador brasileiro, sendo estes elevados na década de 1980, por necessidade de gerar superávits para conter a dívida externa. A partir dos anos 1990, o Brasil passou por abertura comercial mais intensificada, com a eliminação das barreiras não tarifárias (BAUMANN; GONÇALVES, 2004). O Brasil, pós-1990, possui postura mais liberal em relação às importações, sendo processadas de acordo com o método de avaliação de riscos, onde 85% dos pedidos são aprovados (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2013).

Embora a Índia tenha iniciado sua abertura comercial eliminando as barreiras tarifárias impostas por tantos anos, há muitos produtos que necessitam da liberação do governo indiano para serem importados, dificultando o acesso de produtores nacionais à equipamentos e insumos com preços mais competitivos (NASSIF, 2006). Porém, o governo indiano impõe limites em relação à liberalização comercial unilateral, pois é importante para economias em desenvolvimento que seja assegurada a reciprocidade por parte dos parceiros comerciais. Utilizar o instrumento de proteção tarifária pode ser de extrema importância quando o objetivo é o de promover o desenvolvimento industrial do país (NASSIF, 2006).

O terceiro e último ponto refere-se à conversibilidade da conta de capitais. O controle sobre a conta de capitais é importante para economias em desenvolvimento, e se dá de três maneiras: controles diretos ou administrativos, controles indiretos ou baseados em preços, e regulações financeiras, e pode ser usada para manter a estabilidade da taxa de câmbio, implementação de políticas monetárias mais autônomas, e deter saídas de capital em contextos de crise do balanço de pagamentos (FERRARI FILHO; PAULA, 2006). A conta de capitais brasileira possui uma inclinação à conversibilidade total desde o final da década de 1980, quando o governo brasileiro implementou medidas de abertura comercial e financeira, mesmo estando em um cenário com quadro elevado de inflação e instabilidade macroeconômica. A

abertura para que residentes e não-residentes pudessem especular o real expôs a economia brasileira a elevados riscos, levando à crise cambial de 1999 (FERRARI FILHO; PAULA, 2006).

Já a Índia possui uma trajetória oposta, tendo o Banco de Reserva da Índia evitado que transações de grande magnitude pudessem resultar em uma excessiva volatilidade da taxa de câmbio. Para isso, é utilizado instrumentos para intervir no mercado cambial, a fim de evitar apreciação da taxa de câmbio e, ao mesmo tempo, aumentar as reservas internacionais do país (FERRARI FILHO; PAULA, 2006). Sendo assim, a trajetória de liberalização das contas de capitais indianas tem sido mais lenta, onde há intensa restrição à entrada de capital de curtíssimo prazo no mercado financeiro indiano, como também à saída de capital do país (NASSIF, 2006). Ferrari Filho e Paula (2006) finalizam que

Em suma, no que se refere à operação de um regime de câmbio flutuante administrado com uma conversibilidade restrita da conta de capital, a experiência indiana recente tem se revelado um caso bem sucedido de gerenciamento do modelo macroeconômico, que busca criar um ambiente de estabilidade para o crescimento e de reduzida vulnerabilidade externa (pg. 26 e 27).

Por fim, os dados apresentados juntamente com a análise das diferenças em políticas econômicas adotadas são suficientes para responder à pergunta de pesquisa deste trabalho. É possível perceber que, mesmo sendo uma economia fechada com base na URSS, a Índia conseguiu elevar o seu Produto Interno Bruto desde o início dos Planos Quinquenais, em 1951, com investimentos em educação, tendo o propósito de melhorar a mão de obra qualificada do país com vistas à competição dos produtos indianos no mercado internacional. O segundo ponto é o nível de abertura comercial internacional, tendo a Índia a preocupação de ter uma relação multilateral com outros países, ou seja, onde há benefícios mútuos, onde também é beneficiada em acordos comerciais. O terceiro ponto é a conta de capitais indiana, onde o governo indiano impõe restrições para evitar a volatilidade da taxa de câmbio nacional, sendo essa liberalização mais gradual, evitando assim a entrada de capital de curtíssimo prazo (NASSIF, 2006).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: Cem anos de política republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campos, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **Catálogo de Dados**. Disponível em: <http://data.worldbank.org/iberian-portuguese?cid=GPDptpt_WDI>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- BBC BRASIL (Brasília). **BRICs vão superar economias ricas em duas décadas, prevê pai do termo**. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090615_briconeill_ss_ac.shtml>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- BM&FBOVESPA; (Brasil). **Índice Bovespa**. 2015. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices>>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **Ipeadata**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 04 jun. 2015.
- CHANG, Ha-joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2003.
- DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. **Glória incerta: A Índia e suas contradições**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea: [1945-2010]**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. De Nova York a Durban: o processo de institucionalização do BRICS. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.32-62, 2013. Semestral.
- PRATES, Daniela Magalhães; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **ÍNDIA: A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO – DA INDEPENDÊNCIA AOS DILEMAS DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**. In: CARDOSO JUNIOR, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: Ipea, 2009. p. 397-453.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (Brasil). **O que é o IDH**. Disponível em: <www.pnud.org.br/IDH>. Acesso em: 10 dez. 2015.
- VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: Cem anos de política republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1995. Cap. 4. p. 105-122.
- VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. Uma análise comparativa do crescimento econômico de Brasil, Rússia, Índia e China. In: VIEIRA, Flávio Vilela

(Org.). **Economia e Desenvolvimento em Países Emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China.** Campinas: Alínea, 2009. Cap. 3. p. 87-129.

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS na OMC: Políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** Brasília: Ipea, 2012.

ANEXO – Tabelas contendo dados do Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e Índice de Desenvolvimento Humano das economias brasileira e indiana

Tabela 1 – Produto Interno Bruto do Brasil a preços de 2005 contendo o valor bruto e número índice – 1950 a 2010 (continua)

Ano	PIB	Índice
1950	91229,3	100,0
1951	95696,89	104,9
1952	104796,8	114,9
1953	110122,5	120,7
1954	119156,4	130,6
1955	126848,1	139,0
1956	131452,8	144,1
1957	144651,4	158,6
1958	153883	168,7
1959	165749	181,7
1960	178614,1	195,8
1961	203750,9	223,3
1962	214291	234,9
1963	228104,7	250,0
1964	237600,9	260,4
1965	254161,4	278,6
1966	264236,1	289,6
1967	279386,9	306,2
1968	310677,8	340,5
1969	330608,2	362,4
1970	366721,6	402,0
1971	408307,8	447,6
1972	457059,8	501,0
1973	520911,1	571,0
1974	563365,3	617,5
1975	592491,3	649,5
1976	653280,9	716,1
1977	685487,6	751,4
1978	719556,4	788,7
1979	768198,4	842,1
1980	839103,1	919,8
1981	803441,3	880,7
1982	810109,8	888,0
1983	786373,6	862,0
1984	828837,8	908,5
1985	893893,2	979,8
1986	960845,8	1053,2
1987	994763,7	1090,4
1988	994166,8	1089,7

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 1 – Produto Interno Bruto do Brasil a preços de 2005 contendo o valor bruto e número índice – 1950 a 2010 (conclusão)

Ano	PIB	Índice
1989	1025583	1124,2
1990	980969,6	1075,3
1991	991073,6	1086,4
1992	986611,7	1081,5
1993	1034326	1133,8
1994	1094858	1200,1
1995	1141101	1250,8
1996	1165640	1277,7
1997	1204984	1320,8
1998	1205409	1321,3
1999	1208472	1324,7
2000	1260511	1381,7
2001	1277063	1399,8
2002	1311009	1437,0
2003	1326041	1453,5
2004	1401788	1536,6
2005	1446080	1585,1
2006	1503302	1647,8
2007	1594875	1748,2
2008	1677210	1838,5
2009	1671653	1832,4
2010	1797589	1970,4

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 2 - Produto Interno Bruto da Índia a preços de 2005 contendo o valor bruto e número índice – 1950 a 2010 (continua)

Ano	PIB	Índice
1950	236430,2	100,0
1951	240878,9	101,9
1952	253114,3	107,1
1953	267731,9	113,2
1954	277792	117,5
1955	283960,7	120,1
1956	291710,9	123,4
1957	291898,3	123,5
1958	312586,8	132,2
1959	318774,7	134,8
1960	343446,6	145,3
1961	355762,4	150,5
1962	367625	155,5
1963	391775,7	165,7
1964	420894,9	178,0
1965	411872,9	174,2

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 2 - Produto Interno Bruto da Índia a preços de 2005 contendo o valor bruto e número índice – 1950 a 2010 (continuação)

Ano	PIB	Índice
1966	410287	173,5
1967	442853,8	187,3
1968	465407,8	196,8
1969	517534,3	218,9
1970	525546,6	222,3
1971	535091,9	226,3
1972	531789,1	224,9
1973	547499,2	231,6
1974	554026,9	234,3
1975	604942,1	255,9
1976	615690,3	260,4
1977	659994,9	279,1
1978	696537,7	294,6
1979	661441,4	279,8
1980	705206,8	298,3
1981	751284,5	317,8
1982	779692,3	329,8
1983	837596,6	354,3
1984	868405	367,3
1985	915893	387,4
1986	960493,1	406,2
1987	1006301	425,6
1988	1106161	467,9
1989	1178863	498,6
1990	1245598	526,8
1991	1250871	529,1
1992	1318673	557,7
1993	1384012	585,4
1994	1487310	629,1
1995	1601026	677,2
1996	1719416	727,2
1997	1796415	759,8
1998	1903973	805,3
1999	2039702	862,7
2000	2121910	897,5
2001	2232608	944,3
2002	2316705	979,9
2003	2510634	1061,9
2004	2718924	1150,0
2005	2971373	1256,8
2006	3246640	1373,2
2007	3564855	1507,8

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 2 - Produto Interno Bruto da Índia a preços de 2005 contendo o valor bruto e número índice – 1950 a 2010 (conclusão)

Ano	PIB	Índice
2008	3703562	1566,5
2009	4008670	1695,5
2010	4391613	1857,5

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 3 – Pruduto Interno Bruto per capita do Brasil a preços de 2005 contendo o valor bruto e o número índice – 1960 a 2010 (continua)

Ano	PIB per capita	Índice
1960	209,2	100,0
1961	204,0	97,5
1962	258,8	123,7
1963	290,1	138,7
1964	259,5	124,0
1965	259,0	123,8
1966	312,9	149,6
1967	344,3	164,6
1968	371,4	177,5
1969	400,3	191,3
1970	441,0	210,8
1971	500,0	239,0
1972	580,5	277,5
1973	767,3	366,8
1974	993,3	474,8
1975	1140,9	545,4
1976	1374,5	657,0
1977	1548,4	740,2
1978	1723,1	823,7
1979	1885,1	901,1
1980	1923,3	919,4
1981	2106,7	1007,0
1982	2199,7	1051,5
1983	1551,8	741,8
1984	1560,5	745,9
1985	1629,3	778,8
1986	1919,9	917,7
1987	2064,7	986,9
1988	2276,2	1088,1
1989	2879,5	1376,4
1990	3071,6	1468,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Tabela 3 – Pruduto Interno Bruto per capita do Brasil a preços de 2005 contendo o valor bruto e o número índice – 1960 a 2010 (conclusão)

Ano	PIB per capita	Índice
1991	2663,8	1273,3
1992	2513,6	1201,6
1993	2777,3	1327,6
1994	3482,5	1664,7
1995	4827,3	2307,5
1996	5163,3	2468,1
1997	5279,2	2523,5
1998	5083,6	2430,0
1999	3476,1	1661,6
2000	3738,7	1787,2
2001	3136,5	1499,3
2002	2810,2	1343,3
2003	3044,3	1455,2
2004	3598,0	1719,9
2005	4733,2	2262,5
2006	5809,1	2776,8
2007	7241,1	3461,3
2008	8700,6	4159,0
2009	8462,4	4045,1
2010	11124,1	5317,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Tabela 4 – Pruduto Interno Bruto per capita da Índia a preços de 2005 contendo o valor bruto e o número índice – 1960 a 2010 (continua)

Ano	PIB per capita	Índice
1960	83,8	100,0
1961	87,0	103,9
1962	91,7	109,4
1963	103,1	123,1
1964	117,8	140,6
1965	121,7	145,2
1966	91,8	109,5
1967	98,3	117,3
1968	101,9	121,6
1969	109,8	131,0
1970	114,7	136,8
1971	121,0	144,3
1972	125,4	149,7
1973	146,6	175,0
1974	166,7	199,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Tabela 4 – Pruduto Interno Bruto per capita da Índia a preços de 2005 contendo o valor bruto e o número índice – 1960 a 2010 (conclusão)

Ano	PIB per capita	Índice
1975	161,2	192,3
1976	164,3	196,1
1977	189,9	226,6
1978	209,8	250,4
1979	228,5	272,7
1980	271,9	324,5
1981	275,9	329,3
1982	279,7	333,7
1983	297,2	354,6
1984	282,3	336,9
1985	302,5	361,0
1986	316,8	378,1
1987	347,4	414,6
1988	361,5	431,4
1989	353,3	421,6
1990	375,2	447,7
1991	309,3	369,2
1992	323,5	386,1
1993	307,4	366,9
1994	353,3	421,6
1995	381,5	455,3
1996	408,2	487,2
1997	424,1	506,1
1998	421,8	503,4
1999	451,1	538,3
2000	452,4	539,9
2001	460,8	549,9
2002	480,6	573,6
2003	557,9	665,8
2004	640,6	764,5
2005	729,0	870,0
2006	816,7	974,7
2007	1050,0	1253,1
2008	1022,6	1220,3
2009	1124,5	1342,0
2010	1387,9	1656,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados retirados do site do Banco Mundial, 2015.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro – 1950 a 2010 (continua)

Ano	IDH
1950	1,222416
1951	1,230956
1952	1,239555
1953	1,248215
1954	1,256935
1955	1,265716
1956	1,275774
1957	1,285913
1958	1,296132
1959	1,306432
1960	1,316814
1961	1,328282
1962	1,33985
1963	1,351518
1964	1,363288
1965	1,375161
1966	1,39123
1967	1,407487
1968	1,423933
1969	1,440572
1970	1,457405
1971	1,448034
1972	1,438722
1973	1,429471
1974	1,420279
1975	1,411146
1976	1,418653
1977	1,4262
1978	1,433787
1979	1,441415
1980	1,449083
1981	1,48873
1982	1,529461
1983	1,571307
1984	1,614297
1985	1,658464
1986	1,695343
1987	1,727129
1988	1,755998
1989	1,78535
1990	1,815192

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro – 1950 a 2010 (conclusão)

Ano	IDH
1991	1,848097
1992	1,881599
1993	1,915709
1994	1,950436
1995	1,985793
1996	2,026557
1997	2,068157
1998	2,110611
1999	2,153937
2000	2,198152
2001	2,228413
2002	2,25909
2003	2,29019
2004	2,321718
2005	2,353681
2006	2,371999
2007	2,390459
2008	2,409064
2009	2,427813
2010	2,446708

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano indiano – 1950 a 2010 (continua)

Ano	IDH
1950	1,14414
1951	1,145948
1952	1,147758
1953	1,149571
1954	1,151387
1955	1,153206
1956	1,154686
1957	1,156168
1958	1,157651
1959	1,159137
1960	1,160625
1961	1,166133
1962	1,171667
1963	1,177227
1964	1,182814
1965	1,188427
1966	1,197547

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano indiano – 1950 a 2010 (continua)

Ano	IDH
1967	1,206737
1968	1,215997
1969	1,225329
1970	1,234732
1971	1,248001
1972	1,261412
1973	1,274968
1974	1,288669
1975	1,302517
1976	1,315379
1977	1,328367
1978	1,341484
1979	1,35473
1980	1,368107
1981	1,388567
1982	1,409334
1983	1,430412
1984	1,451804
1985	1,473517
1986	1,495447
1987	1,517703
1988	1,54029
1989	1,563214
1990	1,586479
1991	1,601657
1992	1,61698
1993	1,632449
1994	1,648067
1995	1,663834
1996	1,682567
1997	1,701512
1998	1,717827
1999	1,732385
2000	1,747066
2001	1,763887
2002	1,780869
2003	1,798015
2004	1,815326
2005	1,832803
2006	1,851766

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015

Tabela 6 – Índice de Desenvolvimento Humano indiano – 1950 a 2010 (conclusão)

Ano	IDH
2007	1,870924
2008	1,89028
2009	1,909837
2010	1,929597

Fonte: Elaboração própria com base em Pen World Table 8.1, 2015